



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM ESTUDOS AFRICANOS, POVOS
INDÍGENAS E CULTURAS NEGRAS (PPGEAFIN). DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS – DCTH- CAMPUS XVI IRECÊ- BA**

FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA DE SOUZA

**O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE
QUEIMADA DO TIANO, ERVA CIDREIRA E LAGOA DO GADO, DO MUNICÍPIO DE
CAFARNAUM – BAHIA, ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2016: IDENTIDADE,
RECONHECIMENTO E RESISTÊNCIA**

**Irecê-BA
2022**

FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA DE SOUZA

O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE QUEIMADA DO TIANO, ERVA CIDREIRA E LAGOA DO GADO, DO MUNICÍPIO DE CAFARNAUM – BAHIA, ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2016: IDENTIDADE, RECONHECIMENTO E RESISTÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras da Universidade Estadual da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Joabson de Lima Figueiredo

**Irecê-BA
2022**

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Professor Edivaldo Machado Boaventura – UNEB – Campus I

Bibliotecária: Célia Maria da Costa CRB-5 / 918

S729p Souza, Francisco de Assis Ferreira de
O processo de certificação das comunidades quilombolas de Queimada de Tiano, Erva Cidreira e Lagoa do Gado do município de Cafarnaum - Bahia entre os anos de 2003 e 2016: identidade, reconhecimento e resistência / Francisco de Assis Ferreira de Souza. – Irecê, 2023.
92 f. : il.

Orientador: Joabson de Lima Figueredo.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias. Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras – PPGEAFIN. Campus XVI, 2023.

Contém referências.

1. Autobiografia. 2. Cruz, Denizia - Autobiografia. 3. Memória autobiográfica. 4. Índios Kariri-Xocó – Educação. 5. Indígena – Educação – Porto Real do Colégio (AL). 6. I. Figueredo, Joabson de Lima. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias. Campus XVI. III. Título.

CDD: 808.06692

FOLHA DE APROVAÇÃO

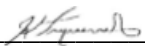
O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE QUEIMADA DO TIANO, ERVA CIDREIRA E LAGOA DO GADO, DO MUNICÍPIO DE CAFARNAUM – BAHIA, ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2016: IDENTIDADE, RECONHECIMENTO E RESISTÊNCIA

FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA DE SOUZA

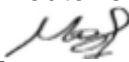
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras – PPGEAFIN, em 21 de dezembro de 2022, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

Aprovado em 21 de dezembro de 2022.


Banca examinadora:



Profº. dr. Joabson de Lima Figueiredo - Orientador (UNEB)
Doutorado em Doutor em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia



Profº. dr. Moiseis de Oliveira Sampaio (UNEB)
Doutorado em Humanidades e Artes com menção em História pela Universidad Nacional de Rosario Argentina



Profº. dr. Urbano Félix Puglieses do Bomfim (UNEB)
Doutorado em Direito Privado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

Profº. dr. Elias Alfama Muniz (UFRB)
Doutorado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

LISTA DE SÍGLA E ABREVIATURA

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
ASCON	Agostinho Morais Junior;
CF	Constituição Federal;
CMMFDH	Cartilha do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;
CNPCMC	Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura;
E-SUS	Estratégia de informatização de Atenção Básica;
FCP	Fundação Cultural Palmares;
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano;
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social;
PBF	Programa Bolsa Família;
SFC	Sistema Federal de Cultura;
PIB	Produto Interno Bruto;
PNAA	Programa Nacional de Ações Afirmativas;
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar;
PNPIR	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
PPA	programa de Aquisição de Alimentos;
PSF	Programa Saúde da Família;
SIGAM	Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos;
SMA	Secretaria Municipal de Agricultura.
Art.º	Artigo
Decr.	Decreto
N.	Número

LISTA DE FIGURAS E IMAGENS

Figura 1	Mapa de Cafarnaum Bahia	23
Figura 2	Ato de auto definição de cp,imodade quilombola	46
Figura 3	Imagem de Lapinha	69
Figura 4	Dona Amália, parteira, com netos, bisnetos e tataranetos	70
Tabela 1	Formação das Comunidades Quilombolas.....	63
Tabela 2	A participação no processo de formação das comunidades quilombolas	75
Tabela 3	Ocupação por nível de instrução do povo negro em relação ao branco.....	79

AGRADECIMENTOS

Nessa trajetória árdua, porém gratificante, deste mestrado, que diz muito da pessoa a qual me tornei ao longo da vida, essa construção não ocorreu de forma isolada, mas com um conjunto de pessoas que estiveram ao meu lado e outras que foram chegando para contribuir com o meu aprendizado, as quais externo aqui o meu profundo agradecimento.

A Deus, pela vida, a força, a saúde, e pela oportunidade de me tornar uma pessoa melhor, mais compreensiva e dedicada ao meu fazer.

Aos meus pais, José Alves de Souza e Maria Ferreira de Brito, que a pena da enxada criou seus sete filhos, dando as condições que lhes eram disponíveis e essenciais para a prática cidadã.

À minha filha, Bartira Alves de Souza e à minha neta, e Sophia Souza da Silva.

À Márcia Ferreira Alves (*in memória*).

Aos meus queridos irmãos, que estão sempre prontos apoiando uns aos outros conforme aprendemos com nossos pais.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Joabson Lima Figueiredo, pela confiança e oportunidade que me deu em trazer à tona as discussões deste trabalho.

Aos professores da banca examinadora, Prof. Dr. Moisés de Oliveira Sampaio e Prof. Dr. Urbano Félix Pugliese do Bom Fim pelas orientações que qualificaram esta pesquisa.

Aos professores Tiago Rodrigues e Max Pereira pelo incentivo e horas de conversa.

A todos os professores e colegas do programa, que nos proporcionou a busca pelo melhor caminho para as indagações e encontro de respostas.

SOUZA, Francisco de Assis Ferreira de. O processo de certificação das comunidades quilombolas de Queimada do Tiano, Erva Cidreira e Lagoa do Gado, do município de Cafarnaum – Bahia, entre os anos de 2003 e 2016: identidade, reconhecimento e resistência. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos, Povos indígenas e Culturas Negras) - Departamento de Ciências e Tecnologias, Universidade do Estado da Bahia, Campus XVI. Irecê, 2022.

RESUMO

Ao se tratar de estudos feitos sobre a microrregião de Irecê, poucos são os trabalhos que tocam ou descrevem sobre essa parte do semiárido baiano, falar de escravidão menos ainda. Essa área esteve sempre veiculada nos noticiários como um local seco, de fome, miséria, abandono social e cultural. Contudo pode-se observar que essa região também foi e continua sendo um palco de relações e produções para além do que as mídias têm propagado ao longo dos tempos. Além disso, tem-se os arranjos políticos, como forma de manutenção de poder e a população também tirando “proveitos” como forma de barganha buscando melhor viver nesse ambiente. Dessa forma, essa pesquisa teve como objetivo compreender como se formou as Comunidades Quilombolas de Queimada de Tiano, Erva-Cidreira e Lagoa do Gado, buscando compreender as origens, as formas de vida social, cultural, econômica e política, estabelecendo relações entre o passado e o presente nos conceitos estabelecidos e buscando de entendimento para as tomadas de decisões das comunidades, seja de forma ativa ou passiva para se adentrarem nessa nova forma de se auto definirem e reconhecerem-se.

Palavras-Chaves: Quilombo. Comunidade Quilombola. Identidade, Cultura. Escravidão.

SOUZA, Francisco de Assis Ferreira de. O processo de certificação das comunidades quilombolas de Queimada do Tiano, Erva Cidreira e Lagoa do Gado, do município de Cafarnaum – Bahia, entre os anos de 2003 e 2016: identidade, reconhecimento e resistência. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos, Povos indígenas e Culturas Negras) - Departamento de Ciências e Tecnologias, Universidade do Estado da Bahia, Campus XVI. Irecê, 2022.

SUMMARY

When it comes to studies carried out on the micro-region of Irecê, there are few works that touch or describe this part of the semi-arid region of Bahia, speaking of slavery even less. This area was always portrayed in the news as a dry place, of hunger, misery, social and cultural abandonment. However, it can be seen that this region was and continues to be a stage for relationships and productions beyond what the media have propagated over time. In addition, there are political arrangements, as a way of maintaining power and the population also taking “profits” as a form of bargaining, seeking to better live in this environment. Thus, this research aimed to understand how the Quilombola Communities of Queimada de Tiano, Erva-Cidreira and Lagoa do Gado were formed, seeking to understand the origins, forms of social, cultural, economic and political life, establishing relationships between the past and the present in established concepts and seeking understanding for decision-making in communities, whether actively or passively to enter this new way of self-defining and recognizing themselves.

Keywords: Quilombo. Quilombola Community. Identity. Culture. Slavery.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PROCESSO DE FORMAÇÃO DE COMUNIDADE QUILOMBOLA DE QUEIMADA DE TIANO, ERVA-CIDREIRA E LAGOA DO GADO	19
1.1 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAFARNAUM	22
1.1.1 Das povoações e desmembramento	24
1.1.2 Economia	26
1.2 LEVANTAMENTO HISTÓRICO DAS COMUNIDADES DE QUEIMADA DE TIANO, ERVACIDREIRA E LAGOA DO GADO	28
1.2.1 O povoado de Erva-cidreira	33
1.2.2 Povoado de Lagoa do Gado	35
1.3 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE COMUNIDADE QUILOMBOLA.....	36
1.3.1 Critérios de escolhas das comunidades	42
1.3.2 Legislação sobre o processo de auto definição de comunidades quilombolas	47
2 ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE QUEIMADA DE TIANO, ERVA CIDREIRA E LAGOA DO GADO, DO MUNICIPIO DE CAFARNAUM	50
2.1 QUILOMBO, COMUNIDADE DESCENDENTE DE QUILOMBO E/OU COMUNIDADE SERTANEJA	52
2.1.2 Evolução do conceito de quilombo	55
2.2 RESIGNIFICANDO O CONCEITO DE QUILOMBO	59
2.3 COMUNIDADES QUILOMBOLAS E/OU COMUNIDADE TRADICIONAIS.....	66
2.4. ANÁLISE DO PROCESSO DE AUTO DEFINIÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE QUEIMADA DE TIANO, ERVA-CIDREIRA E LAGOA DO GADO	73

3 O QUILOMBOLA NA SOCIEDADE ATUAL.....	78
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO AÇÃO AFIRMATIVA.....	81
3.2 O QUE SIGNIFICA SER QUILOMBOLA PARA OS MORADORES DAS COMUNIDADES DE QUEIMADA DE TIANO, ERVA-CIDREIRA E LAGOA DO GADO	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender como foi o processo de formação das Comunidades Quilombolas de Queimada de Tiano, Erva-Cidreira e Lagoa do Gado, situadas no Município de Cafarnaum, Bahia. Processo esse, iniciado no ano de 2015 e concluído em 2016, que contou com a iniciativa da Prefeitura Municipal de Cafarnaum, coordenado pela Secretaria Municipal de Agricultura, a qual organizou o processo a ser reconhecido pela Fundação Cultural Palmares.

O Estado da Bahia conta, no ato desta pesquisa, com 672 (seiscentos e setenta e duas) títulos e cerca de 815 (oitocentos e quinze) comunidades certificadas na Fundação Cultural Palmares. A Região de Irecê, que contém vinte municípios, conta com 127 (cento e vinte e sete) títulos de reconhecimento de comunidades quilombola e 140 (cento e quarenta) comunidades certificadas. O Município de Cafarnaum, situado na mesma Região com 03 (três) títulos e 10 (dez) comunidades tituladas como remanescente de quilombolas, de igual maneira pela Fundação Cultural Palmares, mas sem processo no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Observando esses dados percebe-se a importância de conhecer, analisar e discutir de que forma aconteceu esses processos, principalmente no Município de Cafarnaum, uma vez que esse assunto sobre comunidades remanescentes de quilombos nunca tinha sido pauta de discussão.

Então o que provocou o interesse dessas comunidades rurais em adequarem-se ao artigo n. 68 (sessenta e oito) da Constituição Federal e principalmente ao decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003? Quais interesses ou influências teve o poder público local nesse processo? E como as pessoas participaram e conceberam esse movimento de comunidade rural para comunidade quilombola?

Norteados a partir do conceito de Quilombo, comunidade quilombola, remanescentes de quilombos, comunidades tradicionais, e seus desdobramentos ao longo do período escravagista e após esse, busca-se compreender esse fenômeno social. Para Barros (2016, p. 22) “os conceitos, enfim, ajudam os historiadores e cientistas sociais a organizarem o céu (ou o inferno) que pretendem examinar”. Sem eles não se teriam um discurso ou defesa teórica concisa que pudesse esclarecer e ao mesmo tempo convencer o outro.

O conceito de quilombo aqui desenvolvido parte da resposta de Dom João V, à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 (dois) de dezembro de 1740 (mil setecentos e quarenta), que definiu quilombo como: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em partes despovoadas ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilão neles”.

Por todo o período escravagista no Brasil houve conceitos que se diferem em parte, na forma de ver o quilombo e o quilombola, contudo, via de regra, há acordo que o quilombo fora um lugar onde os escravizados escondem-se do trabalho forçado. Após a abolição, deixa de existir nesses termos o conceito de quilombo, uma vez que o negro agora é livre, contudo, outros conceitos surgem a partir do movimento negro o qual se desencadeia nas discussões da Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo número 68.

O decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003, fundamenta as comunidades quilombolas, por meio de auto declaração, e por meio dela, tem-se ampliado o número de comunidades quilombolas em todo o País. A busca por oportunidades nas universidades, melhorias na saúde, educação, infraestrutura, assistência básicas, têm sido em grande parte a tônica para a auto declaração.

Essa população, que sempre viveu às margens da sociedade, possa alcançar a equidade e buscar a igualdade não só perante a justiça e a legislação, como também, nos meios sociais nos quais esse público sempre esteve ausente, principalmente por falta de políticas públicas inclusivas que garantam a todos os cidadãos uma vida digna.

É importante compreender e discutir o processo, observando os agentes que confluem para que esse empreendimento se torne real. Observa-se o fato de que as comunidades estudadas, não tomaram iniciativa própria para a titulação e auto declaração, sendo levadas a tornarem-se quilombola por interesses da gestão municipal, que contratou empresa a fim de elaborar e executar o projeto.

A população teve uma participação passiva na perspectiva de que iam ser beneficiadas. Percebe-se a intenção de uma continuada forma política, ou resquícios delas, chamada de coronelismo, uma forma de poder centrado nas mãos dos coronéis, do início da república ao início da Era Vargas e que chega como permanências nos modos de estar ou se manter no poder, mantendo essa estratégia por meio de troca de favores.

No ato de auto definição de comunidade remanescente de quilombo fora dito para os poucos presentes na reunião as benesses de se tornarem quilombolas, assim, percebe-se claramente uma intenção na busca por melhorias estruturais de forma rápida, observando as políticas públicas disponibilizadas para esse público, com a finalidade de correção das distorções sociais ocorridas ao longo do processo de formação e consolidação da sociedade brasileira.

Por falta de outros trabalhos nessa direção para a Região de Irecê é que se faz importante esse trabalho, que não se conclui aqui, tendo em vista a abrangência do tema e de suas ramificações, outros trabalhos serão feitos de forma a complementar ou questionar este, mas no intuito de compreender o enredo não descrito na historiografia produzida, seja por falta de fontes ou por apegarem a estudos globais e tomar como verdadeiros os estudos sobre o tema não observando as nuances ocorridas nesse espaço geográfico regional.

Assim sendo, busca-se aqui aportar em uma metodologia de investigação a partir das partes, conectar o particular com o geral, de forma a observar e as permanências e rupturas pelas quais esses processos passaram, as nuances não descritas até então e que são importantes para compreender como a população e as entidades políticas tendem a criar estratégias de se beneficiarem dentro do processo democrático de direito, descrito na legislação e nos acordos extra oficiais, que compõem o enredo social, cultural e político ao qual estão inseridos.

Dessa forma, busca-se na história oral, subsídios norteadores por resultados compreensivos e aplicados para esse trabalho. Para tanto, serão utilizadas entrevistas gravadas, (semiestruturadas) norteadas por algumas perguntas sobre o tema geral, mas também oportunizando ao entrevistado a falar livremente suas percepções acerca do tema e em questionários como forma de obter informações não contida em outras fontes, uma vez que o público interrogado não possui o hábito de registrar por escrito os acontecimentos que envolvem o seu viver diário.

A história oral como método e técnica de trabalho acadêmico, permite cruzar dados de entrevistas e documentos escritos para compreender e extrair as verdades e os novos conhecimentos, que sem os mesmos, seria difícil, tendo em vista que o entrevistado é alguém que conhece ou viveu o período pelo qual o tema é abordado, além de conterem informações outras, que os documento não contém.

A escrita de um documento é uma visão de alguém ou de uma entidade, que redige o necessário, de acordo com seus critérios, enquanto na oralidade o conteúdo

é discutido mais amplamente com outras nuances e ocorrências não escolhidos para estar presente nos documentos, mas que fazem parte do enredo o qual a trama histórica se desencadeia.

Essa pesquisa está pautada nas fontes orais, entrevistas gravadas e questionários, além de documentos escritos como: o processo de certificação enviado a Fundação Cultural Palmares, e-SUS, cadeia sucessória da fazenda Queimada de Tiano, Jornal Correio do Sertão, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE), Constituição Federal (1988), fotos de arquivos pessoais, documentos da propriedade do senhor Pedro Teles de Carvalho, processo de licitação n. 014/2015, ata da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Queimada de Tiano, Erva-Cidreira e Lagoa do Gado, Portaria n. 98, de 26 de novembro de 2007 e Estatuto da Igualdade Racial. Fontes obtidas nos arquivos da Prefeitura Municipal de Cafarnaum, no Cartório de Registros de Imóveis e Hipotecas, da Comarca de Morro do Chapéu, Fundação Cultural Palmares – FCP Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos - SIGAM).

A partir dessas fontes, descreve-se o histórico das comunidades aqui estudadas, fazendo levantamento da economia, política, das tradições, das aquisições da terra e formação da comunidade, observando como ocorreu o processo para a aquisição da titulação de Comunidade Quilombola, quem dirigiu o processo, quem participou, suas etapas, o financiamento, as propostas feitas, a aceitação da comunidade e suas controvérsias, a partir da leitura e dos cruzamentos dessas fontes, tornando possível, descrever esse processo de forma analítica, crítica e aplicável em igual situação para obter os resultados.

Alinhada às fontes, e para garantir a cientificidade, a fundamentação teórica que embasa essa pesquisa, está centrada nos trabalhos de Amado e Ferreira (2006), Andersen (2008), Barros (2013), (2014), (2016) e (2021), Cardoso (1981), Ferreira (2018), Fiabani (2005), Fraga Filho (2016), Gomes (2015), Neves (2018), Petersen e Lovato (2013), Reis e Gomes (1996), Sampaio (2017), Schwarcz (2015), Souza (2014 e 2018), entre outros que dialoguem direta e indiretamente com os conceitos para aplicá-los de forma a compreender e encontrar os resultados descritos nas sessões seguintes, além de propor novos conceitos que melhor expliquem o processo estudado.

Na seção II fez-se levantamento social, cultura, econômico e político das comunidades, abordando o surgimento a partir de uma queimada, ocorrida por volta

de 1917, e as famílias que vieram para essa região, aquisição das terras, por apossamento ou compra de forma pacífica, desse modo será tomando como base os estudos de Barros (2016), (2019) e (2020), Cardoso (1981), Ferreira (2018), Ferreira e Amado (2016), Fiabani (2005), Fraga Filho (2016), Neves (2018), Petersen e Lovato (2013), Sampaio (2017), Souza (2018), e outros,

Aponta-se como essas pessoas faziam para sustentar suas famílias a partir da criação de animais como: caprinos; suínos; equinos; bovinos e aves e, também, o plantio de variedades como: feijão; milho; mamona; sisal, dentre outras culturas comercializadas em Cafarnaum, então povoado do Município de Morro do Chapéu. Foram levantados também os costumes na prática de fabricação de remédios caseiros, os partos, os festejos, observando a evolução até o período da pesquisa, ainda nessa sessão fora estudado o processo de formação das comunidades quilombolas.

Nessa perspectiva, tal levantamento foi necessário para entendermos a formação em todos os seus aspectos das comunidades tituladas como remanescentes de quilombo, e em que grau as características apresentadas e os conceitos discutidos se aproximam ou se distanciam dessas comunidades.

Na seção III, busca-se fazer uma análise sobre a formação dessas comunidades, partindo do conceito de quilombo desenvolvido a partir da resposta de Dom João V à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 (dois) de dezembro de 1740 (mil setecentos e quarenta), observando sua evolução ao longo do tempo até a Constituição Federal de 1988 e o decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003. Para isso serão acionadas discussões propostas por: Andersen (2008), Barros, (2009) e (2016), Carneiro de Souza (2012), Ferreira (2018), Fiabani, (2005), Gomes (2015), Hobsbawm (1997), Laraia (2009) Mello e Souza (2014), Reis e Gomes (1996), Schwarcz (2015) e outros,

Nesse processo busca-se construir um novo conceito de quilombo que possa ser aplicado a essas comunidades, tendo em vista o envolvimento das pessoas no processo e como o poder público municipal agiu para que a Fundação Cultural Palmares outorgasse o título de comunidade remanescentes de quilombo a essas comunidades. Propõe-se aqui uma discussão sobre comunidades tradicionais, suas variações e como as pessoas se identificam com cada uma delas, sejam sertanejas, fundo de pastos, ribeirinhos e outros, para podermos contrapor a uma forma de

imposição cultural e identitária com o interesse de obter vantagens por ambas as partes, os políticos e as comunidades.

Na seção IV e último deste trabalho, pretende-se fazer uma reflexão sobre as ações do negro na sociedade atual, seu lugar de fala, suas conquistas, suas lutas, espaços ocupados e desocupados, além de discutir a visão discriminatória do branco sobre o negro, observando como esse negro é usado no jogo social para manter-se como subalterno no mundo do branco, essa perspectiva de estudo será embasada por: Albuquerque (2009), Almeida (2019), Barros (2014), Botelho; Schwarcz (2012), Carvalho (2021), Fernandes (2017), Gomes (2015), Gomes e Domingues, (2014), Hobsbawm (1997), Nascimento (2016), Reis e Silva (1989), Ribeiro (2019), Santos (1980), além de outros que contribuam com a discussão proposta desta sessão que é refletir sobre o que é ser quilombola na sociedade atual, lugar de fala, a busca pela igualdade dos aparelhos do Estado, que muitas vezes são negadas à população negra e refletir como essa população têm se organizado para o enfrentamento a essas demandas de inclusão e de ocupação em espaços negados ao povo de cor.

Com efeito, este trabalho feito no período pandêmico, trouxe algumas aprendizagens, contudo nos deixou um legado triste pelas vítimas do coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). No ato da pesquisa as dificuldades serão refletidas no corpo do trabalho, dificuldades no momento das entrevistas, que só fora feito após a vacinação. É importante ressaltar que o uso de máscara e o distanciamento entre entrevistado e entrevistador deixou questões não entendidas, respostas incompletas ou não compreendidas.

O retorno presencial ou por meio do uso das mídias sociais também não foram tão produtivos, uma vez que o público entrevistado era composto por idosos, que não tinham muita intimidade com os canais utilizados (*WhatsApp* e *e-mail*), além de outros que não dispunha de *internet*. Com certeza esses embaraços deixaram marcas neste trabalho, que em outro período teria sido diferente e até mesmo apontado outros resultados aqui não perceptíveis.

É importante salientar, nesse processo, que a pressão psicológica afetou bastante, pois tirou a tranquilidade para analisar de melhor maneira as fontes estudadas e pesquisar de forma mais abrangente o processo metodológico e a fundamentação teórica, pois sem os quais como já fora falado, não se constrói um texto historiográfico. Isso não significa uma desculpa pela produção, o que na realidade fora um grande esforço, mas um alerta para o leitor, que o trabalho

produzido nesse período pode apresentar fragilidades ou resultados não conclusos ou com a mesma eficácia e proficiência de outros tempos.

1 PROCESSO DE FORMAÇÃO DE COMUNIDADE QUILOMBOLA DE QUEIMADA DE TIANO, ERVA-CIDREIRA E LAGOA DO GADO

Esta seção tem como objetivo descrever o processo de formação das comunidades Quilombolas de Queimada de Tiano, Erva Cidreira e Lagoa do Gado, dessa forma se faz necessário compreender onde está localizado esse território, bem como os fatos e acontecimentos que deram origem a essas comunidades. Para tanto, serão analisadas fontes orais, (questionários e entrevistas gravadas), cadeia sucessória da fazenda Queimada de Tiano, o processo documental da FCP que certificou essas comunidades, o processo de licitação para contratação de empresa, que executou o trabalho, jornais e os dados do IBGE, a partir do censo de 2010. Ao falar em fontes históricas, é imperativo dialogar com as pontuações de Barros:

Fontes históricas é tudo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferências, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente. (BARROS, 2019, p. 15).

Desse modo, pode-se utilizar na construção historiográfica todas as fontes possíveis que possam interagir com a problemática proposta a fim de comparar com hipóteses descritas, tanto para confirmar, com para refutar.

Dentro do campo teórico metodológico, este trabalho apoia-se também nos depoimentos orais, (questionários escritos e entrevistas gravadas). Em primeiro lugar por falta de fontes escritas que possibilite compreender melhor o processo, devido a não produção ao longo do processo histórico, pois, a cultura da oralidade era muito forte entre essa população. A produção escrita esteve sempre a cargo e em função da elite dominante, pois o analfabetismo no Brasil impossibilita essa população de ter acesso a escrita. Em segundo lugar porque a história oral dá conta a partir de seus pressupostos teóricos¹ e metodológicas de compreender e atestar o estudo feito.

Contudo o lugar de produção dessas fontes, precisam ser analisadas e questionadas, a fim de ter uma melhor compreensão e tomada de decisão da escrita

¹ Teoria - Conjunto de conceitos que a ciência elabora para representar uma realidade concreta; Método - corresponde aos modos concretos de desenvolver o processo da produção do conhecimento, indica o que fazer em cada momento e metodologia refere-se à atividade crítica dirigidas pelos cientistas para os procedimentos, teoria, conceitos e descobrimentos produzida pela pesquisa científica. (PETERSEN e LOVATO, 2013, p. 38).

evitando anacronismos, ou interpretação ingênua e sem sustentação, Barros (2020, p. 18).

Cabe, contudo, diferenciar fontes orais de história oral, pois, “fonte oral é o material recolhido por um historiador para as necessidades que lhe pareça necessária possuir”. Como exemplo de entrevistas gravadas ou escrita pelo pesquisador, enquanto que história Oral é entendida “como metodologia, a história oral remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica”. (AMADO e FERREIRA, 2006, p. 36). Assim, a fonte remete aos problemas e a metodologia é o caminho que nos conduzirá a produção historiográfica.

A história Oral pauta-se em método de investigação científico, de forma a analisar o objeto estudado, como afirmam Amado e Ferreira, (2006, p.17). “Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos ‘outros’”. Dessa forma as entrevistas gravadas ou escritas, não são histórias, mas sim fontes, que devem passar por análise como qualquer outra fonte, sendo interrogada e classificada.

As autoras citadas, salientam que a história oral “sendo assim ela não seria nada mais (e nada menos) do que uma “técnica de investigação própria da história do século XX”, de certa forma uma ciência auxiliar que está para a história do tempo presente, assim como a arqueologia está para a história antiga”. Percebe-se, portanto, a importância dada ao uso dessa “nova” forma de observar, analisar e dar voz aos excluídos da história, como de torná-los sujeitos ativos no processo histórico.

“A história oral não somente suscita novos objetos e uma nova documentação como também estabelece uma relação original entre o historiador e os sujeitos da história”. (AMADO e FERREIRA, 2006, p. 9). Novas ferramentas serão utilizadas neste trabalho como forma metodológica e técnica de análises nas discussões propostas para a compreensão das temáticas que aqui se apresentem.

Ferreira e Amado apontam as inovações e abordagens da história Oral. “A história oral seria inovadora primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos ‘dominados’, aos silenciosos e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais, etc.)”. “[...] em segundo lugar, seria inovadora por suas abordagens, que dão preferência a uma ‘História vista de Baixo’”. (2006, p.4). Logo, pretende-se com este trabalho, a partir da dinâmica da história oral, compreender como a elite local pretende continuar dominando e subjugando essa população.

Dessa forma, nenhuma fonte é a própria história, cabe ao historiador a análise de suas fontes, fazendo uma crítica e lendo as entrelinhas para compreender o dito e o não dito, seja fontes documentais ou orais, elas apenas embasam e orientam o trabalho, mas quem a historiciza são os profissionais com seus aportes teóricos e metodológicos. Contudo, sem fontes não se pode investigar científica ou cartesianamente um objeto de estudo, tendo em vista que o trabalho do historiador não lhes cabe especular, a especulação fica a cargo da filosofia, que trabalha de forma abstrata os seus conceitos, mas o historiador precisa manusear suas fontes, e extrair delas um passado que só pode ser revisitado a partir das fontes e ainda não por inteiro, pois, o passado não se pode ser contado de maneira exata como aconteceu, então, as fontes são os espelhos que nos conduzem ao passado, e nos faz compreender o presente, na esteira de Barros (2019).

A História Oral colocou o despossuído ou renegado da história no centro dessas discussões, de forma a ampliar tanto os objetos de estudos, como do uso das fontes que possam compreender as relações interpessoais, individuais e coletivas no âmbito das comunidades tradicionais, das classes subalternas, marginalizadas contrapondo a uma história “tradicional”, escrita, elitista e dominante na historiografia mundial.

Dessa forma, a História Oral coloca no rol dos discursos históricos os renegados da história elitista, dando a esses um sentido, um lugar no mundo e na história não apenas como meramente espectadores, mas como sujeitos ativos, participantes ativos desse processo histórico, pois, o homem é o protagonista da história, seja na periferia, no centro da cidade ou no campo.

Em que pese que pareçam coincidir em um primeiro momento com os objetos possíveis das demais ciências sociais e humanas, será sempre objetos historicizados, temporalizados, marcados por uma atenção à mudança em alguns de seus níveis. (BARROS, 2021, p. 21).

Assim, é importante perceber como as fontes documentais ocupam um papel preponderante nos trabalhos acadêmicos, por parecerem mais confiáveis e objetivos, enquanto as fontes orais ocupariam um papel secundário nessas críticas, pois, neles imperam a subjetividade, a emoção, os sentimentos, sobre a razão e os preceitos científicos cartesianos. Logo, de acordo com Petersen e Lovato (2013), a nova história quebra esse preconceito e coloca qualquer fonte produzida pelos homens como válida para a análise documental em seu conjunto capaz de (re) construir a história.

Ainda para o estudo do tema proposto é importante mencionar o que trata Sampaio (2007, p.15-16), sobre a necessidade de “reduzir as lentes”, “reduzir a escala de observação ao regional” a fim de compreendermos como se dá a relação do particular para o geral, do individual para o coletivo e mesmo como explicar eventos que só é possível a partir dessa visão particularizada e que está à margem da historiografia tradicional.

Fraga Filho (2006, p. 23) relata como conseguiu reencontrar homens, mulheres e crianças que viveram os últimos anos no cativeiro, “Foi preciso cruzar variados tipos de fontes documentais”, de igual maneira, neste trabalho, busca-se cruzar fontes escritas, como jornais, questionários, processos de formação de comunidades remanescentes de quilombolas, atas da associação, cadeia sucessória da Fazenda Queimada de Tiano, formal de partilha, processos de anexação de terras, e, entrevistas com pessoas das comunidades referidas, que conhecem a história local como também de outras comunidades que sofreram processo semelhante.

Com esse método de cruzamento de fontes e com o apurar das lentes reduzidas, pretende-se compreender como ocorreu a formação dessas comunidades, sua transformação em comunidade quilombolas, observando e analisando as fontes. Contudo, deve-se também relacionar o local ao regional e ao “universal” de forma que os eventos não estão soltos, existe ligações, tenções, mudanças, permanências que encadeiam os acontecimentos o que há de comum entre eles, mas também existe as particularidades que devem ser observadas.

1.1 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAFARNAUM

Para compreender melhor a dinamização desse processo de formação das comunidades quilombolas, descrito no tópico acima, se faz necessário localizar o município em seus princípios econômicos, características populacional, histórico, geográfico, cultural, social e político, explorando os embates que proporcionara essa mudança que envolve modificações profundas, no modo de pensar dessa população.

Além de compreender e refletir sobre as influências externas que possam ser percebidas nesse local-tempo, como um intercâmbio processual no qual o isolamento

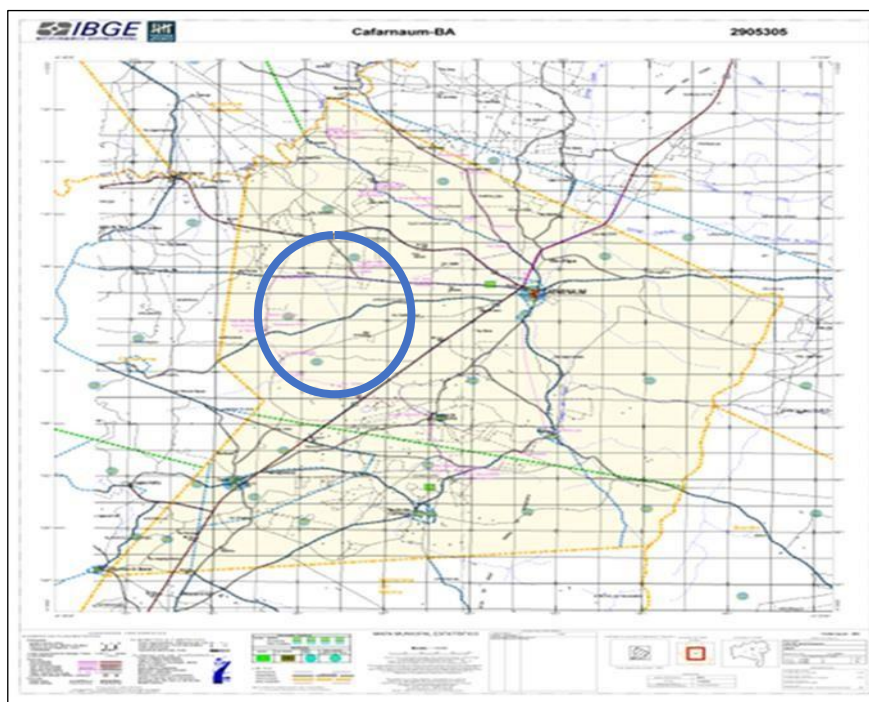
não existe em sua totalidade, como também a integração total a outros ambientes, ou seja, cada lócus, tem suas singularidades e suas conexões com outros mundos.

O topônimo do Município de Cafarnaum ainda é uma incógnita, pois alguns acreditam que o nome fora retirada da Bíblia, já que existe a Cafarnaum da Judeia, contudo o memorialista, Péricles Coelho, aponta para a existência de furnas e cafurnas, às margens do Rio Vereda que atravessa o Município e que viera dar o nome Cafarnaum, fato que gera contradição e dúvidas quanto a origem do nome Cafarnaum, devido à falta de fontes que possam ser analisadas, não é possível determinar qual opção seria a correta, contudo as duas opções têm sua fundamentação que podem ser tidas como verdade, uma vez que a religião cristã católica é predominante e a leitura da bíblia pode ter influenciado na nomenclatura desse município.

Atualmente, o Município de Cafarnaum, situa-se no Microrregião de Irecê no centro norte baiano, foi emancipado do Município de Morro do chapéu pela lei estadual n. 1719 de 16 de julho de 1962, limitando-se ao norte com Morro do Chapéu e América Dourada, ao Sul com Mulungu do Morro a Oeste com Canarana e a Leste com Morro do Chapéu e Bonito, de acordo como os registros (IBGE).

O mapa nos apresenta o município de Cafarnaum com suas fronteiras definidas, suas povoações, estradas vicinais e a BR 122 que o atravessa de norte a sul. Observando o mapa abaixo, nos chama a atenção que as comunidades que recebeu o registro de comunidades quilombolas estão todas ao lado oeste, nessa vista do lado esquerdo e aqui destaco os povoados de Queimada de Tiano, Erva-Cidreira e Lagoa do Gado. O círculo posto sobre o mapa, marca o ponto de estudo deste trabalho, contudo não demarca todas as comunidades Quilombolas do Município.

Mapa 1 Cafarnaum Bahia



Fonte IBGE (2022)

1.1.1 Das povoações e desmembramento

Registra-se em seus primeiros moradores a passagem de indígenas de tribos “tapuias”, dos povos macro-jê, deixados como pinturas rupestres nas encostas das serras e da vereda Rumão Gramacho, que se estende de sul a norte do Município, e como primeiros criadores de gado uma família de portugueses, conhecida como fidalgos, deixado vestígios como resto de currais, cercas de pedras e de moradias antigas, próximo a povoação de Lagoa das Pedras (CORREIO DO SERTÃO, p. 5).

Na derrota das minas de Jacobina para as do Rio das Contas, de 1731, Joaquim Quaresma Delgado, descrevendo o caminho do ouro ou estrada Real, pelo seu relato é possível compreender que já havia moradores nas proximidades onde mais tarde seria o Município de Cafarnaum-Bahia, essa localidade hoje tem o nome de Lagoa das Pedras que:

Ao riacho das pedras cinco léguas. Desta Lagôa riacho das Pedras há cinco léguas e aqui descendo para baixo em uma varzinha como Riacho ao pé a parte direita e o Rancho de baixo de uma grande arvore. Aqui tem pasto e água, mas agora na seca tem água em um Caldeirão e pasto nenhum, mas quando o tem se vai pôr um caminho que fica para a parte do sul pela catinga dento e um bocado de

caminho se dá em cima de um monte sem matto aonde cria capim. (NEVES, 2007 p.81).

Dessa penetração, formaram-se vários arraiais, dentre eles o de Cafarnaum pertencente ao município de Morro do Chapéu, (freguesia de Nossa Senhora da Graça). Não se diferenciando dos demais municípios, é fácil perceber dentro das relações existentes a exploração e a resistência. As resistências se dão de várias frentes, desde as relações econômicas até as culturais.

Em divisão territorial datada de 1(primeiro) de julho de 1955 (mil novecentos e cinquenta e cinco), foi criado o Distrito com a denominação de Cafarnaum pela Lei Estadual n. 628, de 30 (trinta) de dezembro de 1953 (mil novecentos e cinquenta e três), com terras desmembradas do Distrito de Canarana, subordinado ao Município de Morro do Chapéu.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1(primeiro) de julho de 1960 (mil novecentos e sessenta). Elevado à categoria de município com a denominação de Cafarnaum, pela Lei Estadual n. 1719, de 16 (dezesesseis) de julho de 1962 (mil novecentos e sessenta e dois), desmembrado de Morro do Chapéu. Sede no antigo Distrito de Cafarnaum. Constituído de 2 (dois) distritos: Cafarnaum e Mulungu do Morro, ambos desmembrados de Morro do Chapéu.

Instalado em 07(sete) de abril de 1963 (mil novecentos e sessenta e três), pela lei estadual n. 5.014, de 13 (treze) de junho de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove), desmembra do município de Cafarnaum os distritos de Mulungu do Morro e Canudos, (ex-Paz do Canudos), alterado pela mesma lei estadual acima citada, para constituírem o município de Mulungu do Morro, em divisão territorial datada de 1991(mil novecentos e noventa e um), o município é constituído do distrito sede Mulungu do Morro e Canudos.

Cafarnaum, conta atualmente com uma população de 18.513 (dezoito mil quinhentos e treze) habitantes, área total de 643.660 km² (seiscentos e quarenta e três mil e seiscentos e sessenta); densidade demográfica de 25,49 habitantes por km²; IDHM- de 0.584 e PIB per capita de 8.771,14 (oito mil setecentos e setenta e um reais e quatorze centavos), de acordo com dados do IBGE, distribuídos entre zona urbana e zona rural, de acordo com o último censo, foram relacionadas as características da população por cor ou raça, sendo: brancos 2.896 (dois mil oitocentos e noventa e seis), (16,8%); pardos 12.627 (doze mil seiscentos e vinte e sete), (73,4%); amarelos 254 (duzentos e cinquenta e quatro), (1,4%); pretos 1.431 (mil quatrocentos e trinta e

um), (8,3%) e indígenas 02 (dois), (0,01%). A partir dos dados é possível observar que a maioria absoluta da população é formada por pardos e negros, ou seja, 81,7%, destacando-se que 61% da população reside no distrito sede do município, zona urbana.

1.1.2 Economia

No que toca à economia do município, é importante destacar que, assim como os demais municípios que compõem a região de Irecê, Cafarnaum também tinha economia baseada na agricultura familiar, com plantio de algodão, feijão, fumo, mamona, mandioca, milho, sisal, e da agropecuária criação bovinos, caprinos, equinos, muares, ovinos, suínos, desde os seus primeiros povoadores. Devido à escassez de chuvas na região, a maior parte da agricultura praticada atualmente é irrigada, como beterraba cebola, cenoura, tomate.

A agricultura e a pecuária, geram emprego para a maioria da população ativa do município, sendo que outra parte da população trabalha em serviços públicos e nos comércios, além de um grande número de aposentados e beneficiários do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Pires (2009), relata que “no alto sertão baiano constituídas de escravos que trabalhavam nas roças, fazendas, vilas e arraiais, ao lado de livres pobres. Nesses espaços também procuravam fazer negócios e adquirir dinheiro”. (p.101-117). Nessa perspectiva, o território ao qual está inserido as comunidades que constituem o objeto deste estudo, onde antes era a fazenda do conde da ponte², também havia articulação para a produção e comercialização, tendo em vista em que os trabalhadores remunerados, escravizados ou trabalho de meia constituíam uma rede de organização

² João de Saldanha da Gama Mello e Torres Guedes de Brito, Governou a Bahia entre 1805 e 1809. Nascido e criado em Portugal onde teve formação militar, era o morgado da Casa da Ponte, que ao lado da casa da Torre formavam as duas dinastias mais abastada da Bahia. Quando passou em terras brasileiras pela primeira vez em dezembro de 1805, exatamente para governar tinha acabado de completar 32(trinta e dois) anos de idade e era dono de milhares de cabeças de gado, centenas de escravos, engenhos no Recôncavo, dezenas de fazendas e sítios arrendados que cobriam imenso território nos sertões da Bahia. Além de propriedade em Portugal. Reis e Gomes (2016 p.381).

social, relação essa, que os favoreciam e proporcionavam pensarem em melhores condições sociais para seu núcleo familiar.

Com a decadência dessa família, as terras passaram a ser vendidas. Ferreira (2018, p. 20), descreve que o coronel Quintino Soares da Rocha e sua esposa dona Umbelina Adelaide de Miranda, que adquiriram terras antes pertencentes à Casa da Ponte, na Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Morro do Chapéu, eram possuidores de centena de escravos e animais, o que permite compreender que a escravidão teve seu lugar no desenvolvimento econômico, social e cultural dessa região.

Dentro desse embate de exploradores e explorados que a economia de Cafarnaum se fez e continua se (re)fazendo, em um jogo que mantém o trabalhador “refém” de uma identidade recriada para dominar e oprimir, o sertanejo, como o homem trabalhador, dotado de coragem e habilidade para o campo, o trabalho com animais, a seca, a fome e a caatinga. Por outro lado, é preciso pensar sobre o paradoxo existente na convenção social que coloca a figura do sertanejo como um ser forte e que, ao mesmo tempo, é explorado.

Com efeito, o município de Cafarnaum tem uma economia baseada na irrigação³, na criação de animais e na agricultura de sequeiro⁴ que tem um peso muito forte nessa economia, com o plantio de mamona, milho, sisal o que sustentam a economia local. A esse enredo também se considera o comércio como uma força economicamente ativa que geram muitos empregos. Nesse entrelaçar de trabalhadores do campo e da cidade com empregados e patrões que as lutas ganham forças, sejam de forma individual ou coletiva com associações rurais e sindicatos.

Na busca por melhores condições de trabalho e melhores salário é que tem se travado uma luta, muitas vezes imperceptível socialmente, mas que reside nos detalhes no campo do trabalho, no jogo entre trabalhador e empregado ambos buscando melhorar seus ganhos.

Assim, nesse município há uma “guerra fria”, mas que ao fim e ao cabo movimenta a economia produzindo alimentos que sustentam as famílias internamente e outra parte são vendidas para fora do município de Cafarnaum, como no mercado de Feira de Santana, Irecê, Juazeiro, Salvador e outros Estados.

³ Geralmente a irrigação se dá por meio de poços artesianos, muito comum na região, o que possibilita produções no período de seca.

⁴ Agricultura de sequeiro pode ser entendida como o cultivo no período das chuvas.

Nesse espaço, em que será discutida a formação das Comunidades Quilombolas de Queimada de Tiano, Erva-Cidreira e Lagoa do Gado, espaço esse ocupado por pessoas da própria Freguesia de Nossa Senhora da Graça, de Morro do Chapéu e outros Estados da Federação, formadas a partir da segunda década do século XX, cerca de quarenta anos após a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, que acabou com a escravidão institucional.

1.2 LEVANTAMENTO HISTÓRICO DAS COMUNIDADES DE QUEIMADA DE TIANO, ERVACIDREIRA E LAGOA DO GADO

No período da pesquisa, de acordo com o E-SUS2,⁵ a comunidade de Queimada de Tiano, contava com cerca de 142 (cento e quarenta e dois), famílias e 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) moradores, Erva Cidreira com 20 (vinte) famílias e 85(oitante e cinco) pessoas e Lagoa do Gado com 20 (vinte) famílias e 92 (noventa e dois) pessoas, vivendo da agricultura irrigada de tomate e cebola, plantios em pequena quantidade de mamona, milho, sisal e da criação de animais de pequeno porte, somando a essas rendas, O Auxílio Brasil (o Bolsa Família), o Seguro Safra e um grande contingente de aposentados que ajudam a manter os familiares. Parte da população se desloca para Minas Gerais para o trabalho na lavoura do café entre os meses de maio a agosto, período de colheita, o que mantém o desenvolvimento local e garante o sustento familiar.

A comunidade conta com escola de primeiro grau, oferecendo Educação Infantil, (maternal, pré I, e II) e Ensino Fundamental – anos finais, do primeiro ao sexto ano, de forma nucleada, recebendo alunos de outras comunidades, como Cigana, Erva Cidreira, Lagoa do Gado e Junco. Além disso, o povoado conta com igrejas Católica e “Evangélica”, associação desativada com última ata lavrada em sete de abril de dois mil e onze, quadra poliesportiva, mercados, posto de saúde e bares, também há acesso à internet na escola e em algumas residências.

⁵ O e-SUS Atenção Primária (e-SUS APS) é uma estratégia para reestruturar as informações da Atenção Primária em nível nacional. Esta ação está alinhada com a proposta mais geral de reestruturação dos Sistemas de Informação em Saúde do Ministério da Saúde, entendendo que a qualificação da gestão da informação é fundamental para ampliar a qualidade no atendimento à população. (<https://sisaps.saude.gov.br/esus/>).

Tanto a comunidade de Queimada de Tiano como a de Erva Cidreira possuem água encanada da adutora do rio São Francisco, energia elétrica nas três comunidades inclusive para o uso na agricultura irrigada.

O jornal Correio do Sertão no ano de sua fundação e na primeira notícia sobre Cafarnaum, em 1917⁶ edição 18 do dia 11 de novembro escreve uma pequena matéria queixando-se de uma queimada nas adjacências de Cafarnaum. Analisando a distância da queimada, o enfoque da notícia cruzando com a fala dos entrevistados, além dos relatos dos demais entrevistados, conclui-se que foi realmente essa queimada de grandes proporções que deu origem à povoação de Queimada de Tiano.

Nos informaram que em Capharnaum deste termo, deitaram fogo na catinga bruta n'aquellas adjacências, queimando seguramente 2 léguas de matto, com o fim de plantarem uma meia dúzias de tarefas estragando por essa forma terrenos que virá mais tarde fazer falta, (CORREIO DO SERTÃO, 1917, p. 2).

O nome da povoação Queimada de Tiano, se dá por conta de seu primeiro morador Justiniano Manoel de Souza (Tiano), e uma queimada ocorrida nesse perímetro. Localizada no lado oeste a 15 quilômetros da sede do município de Cafarnaum, fazendo divisa com o município de Canarana. Além de Justiniano Manoel de Souza, se apossaram ou moraram por alguns tempos nessa localidade o senhor Bráulino Marçal, João Barriguinha Miguelzinho, Neco Buquinha, Pedro Alves Carneiro e sua mulher D. Etelvina Teles de Carvalho, Pedro Teles de Carvalho, dentre outros.

De acordo com as testemunhas, os primeiros moradores migraram para essa região vindo da Oleira, povoação próxima a Cafarnaum, de Cafarnaum, do Povoado das Pedras, Umburana, ou seja, pessoas do próprio município, uma vez que nesse período essas localidades pertenciam a Morro do Chapéu, além de outros municípios como Mundo Novo e Miguel Calmon e até de outro estado a exemplo do Ceará. Encontraram aqui uma oportunidade a partir dessa queimada e do apossamento de terras da Fazenda Lapa Grande, fazenda essa, que viera a ser adquirida, por herança, pelo senhor Jubilino Conegundes, advogado provisionado⁷ em Morro do chapéu, de quem os apossados comprava terras pela quantia de “mil reis”⁸.

⁶ No período da queimada essas terras pertenciam a Belarmina Josephina da Silva Dourado de acordo com a cadeia sucessória da Fazenda Queimada de Tiano.

⁷ Diz-se da pessoa que pode exercer a profissão de advogado, em juízo de primeira instância, embora não tenha feito faculdade de Direito. (<https://www.dicio.com.br/adjunto>).

⁸ Real (plural réis) foi o nome da unidade monetária utilizada no Brasil desde sua colonização até 5 de outubro de 1942, quando foi substituída pelo cruzeiro na razão de 1 cruzeiro por 1 mil-réis (antiga moeda brasileira). (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Real>).

Essa fazenda “Queimada de Tiano”, nome dado posteriormente, pertenceu ao senhor Jubilino Conegundes e sua Esposa Aída Vasconcelos Conegundes, por meio do espólio de Carolina Guimarães Conegundes, conforme Certidão de Partilha Julgada em 10 de maio 1938 e passada em 07 de julho de 1938, registrada sob transcrição 1.823, Lv 3/A, Fls 168. (Reg. Anteriores: 521; 646; 817; 1037; 1124; 1294; 1308; 1318; 1781 e 1822).

Deve-se, portanto, questionar: se os moradores já estavam aqui desde o início da década de 1920, porque só vieram comprar essas terras na década de 1940. Pode-se deduzir que eram terras devolutas⁹ como diz a entrevistada dois (informação verbal) “quem vendia terra era Jubilino, Jubilino de Morro de Chapéu era que vendia terra, pai comprou um mil reis de terra na mão de Jubilino”¹⁰.

A entrevistada Um diz (informação verbal) “Nesse tempo meu fiu o povo apusiavam de terra nam tinha é esse negócio aqui é meu ou aqui é, é meu assim porquê se chegasse e plantasse aquele pedaço de terra era dono, mais quando eles pegaram que disse que os terreno era do governo, era do governo então disse que finado Tiano comprou um mil reis de terra e disse que comandava da Queimada até a Lapa Grande”[...] (LIMA 2022, informação verbal)⁹

Esses fatos permitem compreender que houve apropriação indevida pelo senhor Jubilino Conegundes, fato que é reafirmado na cadeia sucessora da fazenda Queimada de Tiano, onde se encontra o primeiro dono em março de 1904 e não se encontra de onde fora desmembrada a Fazenda Lapa Grande, o que leva a crer, de acordo com os entrevistados, que a referida fazenda realmente era do Estado.

Contudo se eram terras devolutas, por que compraram? As fontes ao mesmo momento que apontam para a compra de terras, também apontam para terra devoluta, ou seja, pode-se deduzir que eram terras devolutas que foram apropriadas e vendidas. Importante levantar essas informações para se pensar nas demarcações de um território quilombola, que necessita saber como se apropriaram da terra e suas demarcações.

⁹ Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo “devoluta” relaciona-se ao conceito de terra devolvida. (<https://www2.camara.leg.br/acamara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-eambiental/acessibilidade/glossarios/dicionario-de-libras/t/terras-devolutas>).

¹⁰ Entrevista concedida por Eudite Marçal Gonçalves, em 21 de junho de 2022.

⁹ Entrevista concedida por Adalziza Pereira Lima, em 20 de junho de 2022.

O senhor Justiniano Manoel de Souza, adquiriu 80 (oitenta) hectares, no ano de 1948, nesse período a moeda brasileira era o cruzeiro. As fontes relatam “mil reis” seja porque as terras foram compradas anteriormente e só documentada depois, ou a moeda antiga ainda estava viva no imaginário popular, como os posseiros já tinham outras propriedades e criavam animais, puderam adquirir essas terras.

Contudo é necessário observar os valores, um mil reis equivalem a mais ou menos R\$123,00 (cento e vinte e três reais) esse valor parece ser irrisório para a quantidade de terras, entretanto os “posseiros” podiam pagar por ela. Já o conto de reis equivale a R\$ 123.000,00 (cento e vinte três mil reais), valor desproporcional para essas pessoas na época. Dessa forma é possível que fosse mais que um mil reis. Chama a atenção também a área demarcada em variantes que passava os 200 (duzentos) hectares, de acordo com os documentos dos herdeiros.

Enquanto o senhor Pedro Teles de Carvalho que comprara de seu cunhado Pedro Alves Carneiro e sua esposa, 86 (oitenta e seis) hectares em 1952, por uma quantia de \$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros). Que fora descrito da seguinte forma: formada de caatingas e capoeiras, toda cercada de arame, madeira, e quiabento, tendo 4 (quatro) roças para lavoura, sete casas cobertas de telhas, uma casa para fabrico de farinha, uma aguada de minação, um tanque de pedra e um curral de madeiras.

Para além da aquisição de terras, é perceptível que nesse período, já havia uma estabilidade familiar demarcada pela casa de farinha, terras para lavoura e cercadas além de aguadas. A casa de farinha como modo de transformação da mandioca em outros produtos, como a farinha, o beiju, a tapioca, a crueira que serviriam para a alimentação e para a venda, o que nos leva a compreender que os moradores já estavam de posse da terra antes mesmo da possível compra.

No processo de aquisição de terras em 1972, o senhor Pedro Teles de Carvalho, requerendo do juízo de direito da comarca de Morro do Chapéu Bahia, a justificação de área e de limites, no segundo artigo dessa petição o mesmo alega que ao ser passada a escritura da referida propriedade houve um equívoco quanto à área, que é como dito acima, de 600 (seiscentas) tarefas, equivalente a 260,8 (duzentos e sessenta hectares, e oito ares). Já no ano de 1985 em registro concedido pelo Estado da Bahia a área já correspondia a 344,6 (trezentos e quarenta e quatro hectares e seis ares). (Cerca de oitenta tarefas).

Conforme o entrevistado seis¹¹, “a compra com dois mil reis dava direitos a 500 (quinhentas tarefas) dentro da Fazenda Lapa Grande”, assim, os posseiros/comprador anexava muito mais do que lhes eram permitidos, como se observa nas áreas obtidas por Genelísio (Erva-Cidreira), Germano e Ricardo (Lagoa do Gado) e Bráulino e Tiano (Queimada de Tiano) ambos com áreas de tamanhos semelhantes.

Em posse do terreno passaram a derrubar o restante da mata fazendo roçados, em forma de adjunto¹¹ para o plantio de algodão, milho, fumo, feijão, mandioca, sisal e criar gado vacum, além de caprinos, ovinos, suínos, aves de diversas espécies para o sustento familiar. Uma das grandes dificuldades para os moradores era a falta de água, para o abastecimento humano e animal, assim as pessoas deslocavam-se para buscar água em outras partes do município, como em Lapa Grande, Poço do Capim, Presidio, Vereda do Beca. Utilizando carotes¹² transportados em jumentos, até que as chuvas voltassem, tendo em vista que não havia na localidade reservatórios, como tanque de barro, (barreiros) ou cacimbas, inicialmente.

Outro aspecto importante a se mencionar é a cultura local, assim, nessa comunidade se festejava o São João, por Maricinília Alves de Souza (Sôla, esposa de Tiano), uma festa religiosa e profana, com uso de bandas de pífanos em formato de novena, com cânticos e rezas, (terço, pai nosso, ave Maria) não havia missas, ao final havia a festa que servia também para arranjar os casamentos, e o São Pedro por Pedro Teles de Carvalho, nessa ocasião havia missas com batizados e casamentos.

Após o ato religioso, festa dançante no local, o forró, com pandeiro, triângulo, sanfona e zabumba. Como não havia policiamento para fazer a segurança do evento a dono da casa era autoridade máxima do local havendo o respeito ao dono da festa, caso houvesse alguma confusão esses seriam expulsos do ambiente.

Além dessas festividades, havia o festejo de Santo Reis, primeiro com o senhor conhecido com João Latão, e depois com Joaquim Gonçalves (Biúca) e sua família, nesse período, eram recebidos em todas as casas e eram comuns o uso da lapinha, que enfeitava a casa dos moradores e servia como presépio em homenagem ao menino Jesus.

Apesar da religião católica ser preponderante registra-se também o candomblé, Jarê que era praticado pela senhora Artenizia Maria de Carvalho (dona Ténisia), que

¹¹ 10 Entrevista concedida por Aloisio Teles de Carvalho, em 20 de julho de 2021.

¹² Vasilha pequena, com o formato semelhante ao de um barril, usada para o transporte de água; barril pequeno de água. (<https://www.dicio.com.br/adjunto/>).

era “filha de Santo” do senhor Aldelcison da Silva, (Dezinho curador), morador do povoado de Salaminho, não se sabe ao certo quais divindades eram celebradas, mas fazia-se revista, o círculo, cantavam e batiam tambor. Ainda permanece o caruru em homenagem aos santos Cosme e Damião principalmente na casa onde nasceram pessoas gêmeas.

Isso posto, figuras femininas emblemáticas na comunidade também devem ser mencionadas: parteiras como dona Antônia, dona Ilda e Mãe Amália, benzedeadas fazendo uso da medicina caseira imperava com o fabrico de chás curativos, a partir de ervas da própria caatinga, as garrafadas,¹³ (feitas por exemplo com: Carapiá, umburana de cheiro, batata de pulga), rezar ou benzer para mal olhado, costela caída, e/ou outras enfermidades apresentadas tanto para crianças como para adultos. Tais práticas ainda são encontradas na comunidade.

Ressalta-se aqui o papel do senhor Pedro Teles de Carvalho, nascido no Ceará, vindo para Mundo Novo, trabalhava comercializando como fazendas¹⁴ e rapadura principalmente gêneros alimentícios entre Canarana e Jacobina. Casou-se com Arzenia Maria de Carvalho e juntos tiveram doze filhos, comprou terras nesse povoado, e como já tinha uma condição financeira melhor, foi responsável pelo desenvolvimento desse e dos povoados vizinhos.

Abrigava muita gente em sua casa, como trabalhador, agregados e familiares próximos, passando, portanto, a produzir grande quantidade de alimentos, que eram vendidos nos comércios de Cafarnaum, Jacobina, Morro do Chapéu, e Mundo Novo. Assim, movimentou o povoado, sua residência era local de encontro de fins de tarde e de semana, eventos religiosos, (missas, cultos evangélicos e jarê), festas juninas e compra e venda de mercadorias.

1.2.1 O povoado de Erva-cidreira

O Povoado de Erva Cidreira está localizado há quatro quilômetros da comunidade de Queimada de Tiano e cerca de 15 (quinze) quilômetros da sede do Município. O primeiro morador, o senhor Genelísio Bento da Silva e sua esposa, que

¹³ Remédios caseiros elaborados a partir de mistura de ervas.

¹⁴ Tecido de linho, algodão, lã, pano. (<https://www.dicio.com.br/fazenda/>) acesso 06-10-21.

vieram do Povoado do Xaréu para trabalhar como vaqueiro do seu tio, Otávio preto, em uma fazenda nas imediações onde hoje é o povoado de Erva Cidreira.

Recebera esse nome por haver na localidade uma grande quantidade de plantas de Erva Cidreira, que se utilizava para o preparo de remédios caseiros, o mesmo povoado surge a partir da chegada de Genelísio por volta da década de 1930, fixando residência no local.

A posse da terra se dera da mesma forma que em Queimada de Tiano, apossamento e compra posterior em mãos do senhor Jubilino Conegundes. Havia dificuldades em obter água, tanto para os animais, quanto para o consumo humano. A alternativa, desse modo, era buscar na vereda, em Cafarnaum e em Presidio, posteriormente nos barreiros em Queimada de Tiano. Segundo o entrevistado sete¹⁵ (informação verbal) “havia uma cacimba, mas só prestava para dar água ao gado tendo em vista que a água era muito salgada”.

A família além de trabalhar para o tio, Otávio Preto, também, criavam animais, como cabra, galinha, ovelha, porco, vaca, plantavam feijão, mamona, mandioca e milho para o sustento familiar e as sobras eram vendidas no mercado em Cafarnaum a fim de comprar o que não eram produzidos na localidade.

No que refere à parte cultural, pode-se citar o festejo tradicional dessa localidade, a comemoração do dia de São José no dia dezanove de março, com reza e samba. Eram comuns, também os festejos em homenagem aos santos Cosme e Damião, os reisados. Uma personalidade respeitada na comunidade era dona Etelvina, matriarca local, benzedeira e parteira. Fazia-se uso dos remédios caseiros e participavam do candomblé na casa de dona Artenisia, segundo a entrevistado oito¹⁶.

Só após a morte do senhor Genelísio Bento da Silva é que outras famílias vieram morar na localidade, antes somente seus familiares residiam nesse local. Essa comunidade tem uma ancestralidade ligada aos povos africanos, mesmo com as misturas ao longo do tempo, não pela cor da população “morena”, como eles se veem, mas pelo núcleo familiar caracterizado pela religiosidade, tradições que foram passados de pai para filho, e que ainda são realizados, como festejos a Cosme e Damião, a manutenção dos cânticos, e tem históricos em que seus avós passaram por situações análoga à escravidão.

¹⁵ Entrevista cedida por, José Pereira de Oliveira, em 20, julho de 2021.

¹⁶ Entrevista cedida por, Marilene Bento da Silva em 20 de julho de 2021.

“Cosme Damião, mas cadê Deon, Cosme Damião cadê seus Orixás, Cosme Damião viajou por água, no toque da corneta todos dois marchava” (informação verbal)¹⁷. Isso mostra como a tradição está viva no ambiente comunitário e familiar aos cultos de matriz africana e a tradição ainda continua, mesmo que de forma singela, não com as mesmas pompas de antes, com os enfeites, mesas, cânticos, mas prestam homenagens, com doações de doces, balas e outras guloseimas.

Atualmente esse povoado conta com cerca 20 (vinte) famílias e 85 (oitenta e cinco) pessoas, sendo essas em sua grande maioria filhos, netos, genros e noras do senhor Genelísio, mostrando a unidade familiar que resiste, com poucas famílias nessa localidade, que não tem parentescos com os primeiros moradores, isso não significa isolamento, ou resistência a outras famílias, mas um local onde um núcleo familiar se concentrou para buscar melhores condições de vida e outras pessoas só passaram a adentrar esse núcleo com a morte do senhor Genelísio, momento em que parte das terras herdadas foram vendidas.

1.2.2 Povoado de Lagoa do Gado

O nome da povoação vem de lugar onde o gado maia¹⁸ após beber água ou para descascar: Lagoa do Gado. Os primeiros moradores do povoado foram Germano Bispo de Souza (Mandu), Ricardo Luiz Gonçalves, Alexandre e Ezequiel. O povoado se forma a partir da década de 1930, por meio de apossamento/compra e troca em animais. Terras do também senhor Jubilino Conegundes, onde passam a criar animais, como gado vacum, aves, caprinos, suínos, além do plantio de feijão, mandioca, mamona e milho, para a alimentação familiar e vender a sobra para a compra de produtos não produzidos na comunidade.

Nessa comunidade constituída por duas grandes famílias, a de Mandu que já morava nas proximidades, (Baixão) e seus filhos, e Ricardo que teve uma prole de mais de 43(quarenta e três) filhos, vindo de Miguel Calmon, constitui assim o enredo desse povoado, que está a 3 (três) quilômetros ao sul de Queimada de Tiano, e a 18

¹⁷ Entrevista concedida por Marilene Bento da Silva, em 20 de julho de 2021

¹⁸ “lugar alto e plano onde o gado se deita para ruminar e descansar”, (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Malhador>).

(dezoito) Quilômetros da sede de Cafarnaum. Buscavam água na vereda, beca de Cafarnaum, Lapa Grande, poço do capim e depois em Queimada de Tiano.

Nessa povoação especificamente, não havia rezadeiras ou benzedeira, havia uma parteira, dona Raimunda, os grupos de reisados eram recebidos, e vinham de outras comunidades e quando precisavam de alguém para rezar ou dar algum remédio caseiro recorriam a dona Ilda, moradora do povoado de Novo Horizonte. Faziam as mesas para os inocentes, caruru de Cosme e Damião, contudo não havia o Jarê, nem festejavam outros santos.

O povoado de Lagoa do Gado, conta com cerca de 20 (vinte) famílias e 92 (noventa e dois) pessoas, fruto do enlace matrimoniais e de outras famílias que adquiriram terras dos herdeiros, fixando morada formando a povoação que juntamente com Queimada de Tiano e Erva Cidreira forma o núcleo desse estudo.

As três povoações estão ligadas por laços familiares, culturais, políticos, econômicos e sociais. Essa união é reforçada na criação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Queimada de Tiano, Erva Cidreira e Lagoa do Gado, criada em 10 de janeiro de 1995. Essas três comunidades acima descritas formam o objeto dessa pesquisa, ao qual observa-se seu histórico de formação, sua base econômica, social e cultural para compreender como esses povoados se tornaram comunidade remanescente de quilombolas.

1.3 O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE COMUNIDADE QUILOMBOLA

Nesse processo, fora feito entrevistas com pessoas das três comunidades; ofício requerendo a titulação de comunidade remanescente de quilombola; ata de reunião envolvendo moradores das comunidades; documentos da prefeitura municipal de Cafarnaum, o processo de licitação; fez-se levantamento históricos e geográficos, culturais e socioeconômicos das comunidades e visitas de técnicos da FCP.

O processo fora encerrado com o despacho lavrado pelo senhor Ivaldo Ananias Machado da Paixão, diretor de proteção do patrimônio Afro-Brasileiro e assinado pela presidente da fundação palmares, Maria Aparecida da Silva Abreu, em 03 de março de 2016 e publicado no Diário Oficial da União, Seção 1 n. 44, em 07 de março de 2016.

De acordo com o ofício de vinte de abril de dois mil e quinze, enviado ao senhor José Hilton Santos Almeida, presidente da FCP, pela Associação de Pequenos Produtores de Queimada de Tiano (APPRQTELG), os moradores das três comunidades se auto define como grupos remanescentes de comunidade quilombola e de acordo com o decreto. n. 4.487 de 20 de novembro de 2003, requerem o registro no livro de cadastro geral e a expedição de certidão como comunidade renascente de quilombo, assinado como presidente da Associação o senhor Robério José de Oliveira.

As implicações encontradas, com base no livro de ata da APPRQTELG, em que o senhor Robério Jose de Oliveira, nunca assumiu nenhum cargo na direção dessa entidade, tendo em vista a última sessão realizada em 07 de abril de 2011, nessa data o diretor presidente era o senhor José Anselmo Teles de Carvalho.

O senhor Robério José de Oliveira na verdade se chama Robério Lopes de Oliveira, secretário de agricultura do Município de Cafarnaum entre janeiro de 2013 a dezembro de 2016, responsável pela mobilização das localidades no processo de auto declaração e auto definição de comunidades quilombolas, no município de Cafarnaum.

No município de Cafarnaum, os títulos de Comunidades Quilombolas foram agrupados, observando os povoados que já havia Associações, também de forma integrada com três ou mais comunidades. Percebe-se, que foram agrupas as Comunidades de Presídio, Charel, Curralinho e Roça do Meio; Bandeira, Salaminho e Umbuzeiro e Queimada de Tiano, Erva-Cidreira e Lagoa do Gado.

Essas comunidades, tiveram sua titulação em 03 de março de 2016. Nesse contexto, o processo teve início e fim síncrono, contudo não houve por parte dessas comunidades uma articulação própria, e sim uma articulação da Secretaria Municipal de Agricultura (SMA), com seus interesses próprios.

Em 20 de abril de 2015, o senhor Robério José de Oliveira, assina o ofício requerendo a Titulação das Comunidades de Queimada de Tiano, Erva-Cidreira e Lagoa do Gado. Esse fato justifica a falta do presidente da associação local e a inatividade da associação, pois nas demais haviam diretor presidentes ativos, que assinaram o ofício requerendo da FCP o título de comunidades remanescentes de quilombolas, como também aponta como requisito necessário em que a solicitação deve ser feita pelo presidente de uma Associação local.

O decreto n. 4.887 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas de que trata o art. 68 do (ADCT), da Constituição Federal de 1988 em seu art. 2º do decr. n. 4.887. Assim, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 1988).

A partir desse decreto, inicia-se o processo de formação de comunidades quilombolas com o sentido de reparação. No município de Cafarnaum, não fora diferente, mas o que importa aqui, é compreender como se deu esse processo.

Esse processo fora pensando a partir de encontros entre o secretário de agricultura do município de Cafarnaum, Robério Lopes de Oliveira com o senhor Everaldo da Silva Dourado (de América Dourada) e o senhor Bráulio (de Lapão), segundo o entrevistado quatro¹⁹ já com experiência na temática em “transformar” comunidades rurais em comunidades remanescentes de quilombola, de acordo com o decr. n. 4.887 de 20 de novembro de 2003.

Nesse encontro discutem a possibilidade de desenvolver um projeto de formação de comunidades quilombolas, no Município de Cafarnaum, a fim de angariar recursos de ordem Estadual e Federal, como forma de reparação para as comunidades rurais.

A Prefeitura Municipal de Cafarnaum contratou a empresa, (ASCON), situada no município de Lapão por meio de processo administrativo número 1901052015, e processo de inexigibilidade²⁰ n. 014/2015, Art. 25 da Lei 8666/93, que recebeu por parte do processo a quantia de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme empenho número 7698/2015.

Observa-se, portanto que não houve uma licitação para ampla concorrência, e sim uma contratação por inexigibilidade, prova de que a empresa já trabalhava no ramo, o que é argumentado no parecer jurídico para sua contratação e a dispensa de

¹⁹ Entrevista concedida pelo senhor Robério Lopes de Oliveira 20 de julho de 2021.

²⁰ A Lei de Licitações traz, no inciso III do art. 25, a inexigibilidade de licitação “para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”.

licitação, ação normal para empresa que apresenta confiança e segurança na execução do trabalho.

Outro ponto a se destacar é que o mesmo parecer relata a experiência da empresa por trabalhos feitos em outros municípios, isso nos leva a entender ser uma prática recorrente na região de Irecê, outro ponto que confirma essa hipótese é o fato de as comunidades serem certificadas sempre nas mesmas datas como será mostrado a frente.

De acordo com o contrato de prestação de serviço n. 325/2016, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafarnaum e a Empresa ASCON, em 04 de abril de 2016, tinha como objetivo: a contratação de empresa para prestação de serviços na continuação e finalização de Estudos de Viabilidade Técnica para a Certificação das Comunidades Quilombolas nos povoados de Queimada de Tiano, Erva-Cidreira, Lagoa do Gado, Presidio, Charel, Roça do Meio, Curralinho, Salaminho, Bandeira e Umbuzeiro neste Município, junto a FCP, com a entrega do certificado, (contrato de prestação de serviço n. 325/2016).

O mesmo contrato define as obrigações do contratado: Realização de no mínimo 03 (três) visitas em cada Comunidade onde serão realizadas os estudos; entrevistas com os moradores que conhecem a história da comunidade estudada e que possuem relação de parentesco; produção de relatório fotográfico com pessoas e objetos de valor cultural que possuem ligação com a história da comunidade e seus antepassados; realização de assembleia nas comunidade, para decidir sobre o auto reconhecimento como comunidades remanescentes de quilombos com a respectiva lavratura de ata e lista de presença; elaboração final do processo para requerimento de certificação como comunidade remanescente de quilombo e encaminhamento do protocolo requerimento de certificação junto a FCP em Brasília.

Cabe questionar quais trabalhos seriam feitos nessas três visitas, pois constata-se que houve uma visita para entrevista e outra para a auto definição. Assim, de forma passiva, as comunidades sofreram a ação do poder público, sem conhecimento prévio e posterior do que ocorrera, pois, os entrevistados, para efeito desta pesquisa, não sabem como se deu o processo e não sabem se participaram de alguma forma, ficando evidente uma manipulação no processo de constituição dessas comunidades, como comunidades quilombolas.

Veja bem é teve comunidades né eu não vou citar, mas teve comunidade que eu tive que sair de porta em porta, adulando a

comunidade justamente pra vir pra reunião, ia de carro chamava um não ... eu levo, tá entendendo até a gente conseguir a, as, reuniões. No caso eu vou dar um exemplo aqui no caso de Presídio.... é, é, é, Presídio nós fizemos o seguinte, Presidio, Barbosa e Xaréu né em Lagoa, Lagoa de, Cidade de Cesário, o que nós fizemos, fizemos uma reunião no Presidio veio todas as comunidades e fizemos a reunião debaixo de um pé de árvore, tá entendendo ai foi foram feitas as entrevistas é e ai a gente partiu pra, pra documentar isso né ... que foi feito. (OLIVEIRA, 2022, informação verbal)²¹

Observa-se, portanto, que a população não tinha conhecimento do processo, como não sabiam do que se tratavam e quais implicações teriam em suas vidas e que as reuniões ocorreram de forma “forçada” por parte do poder público local, coordenador e gestor do processo, com entrevistas coletivas e reuniões embaixo de árvore, não que isso seja um agravante, mas, aponta para a urgência em implementar esse projeto.

Precisa-se, portanto, questionar qual interesse da SMA nesse processo, as evidências apontam para a aquisição de obras públicas que beneficiam essa população e o retorno político que tais obras proporcionam ao grupo gestor. Tendo em vista que o que fora mais enfatizado nas reuniões foram os benefícios em se tornar quilombola.

Alguns não, certo ... e outros sim. A maioria rapaz não tem o conhecimento não certo é, mais foi feito o trabalho né e, e, e, foi também em cada reunião explicado realmente a importância de, de, de se criar as comunidades quilombolas é por exemplo hoje é com essa vacina né quer dizer o governo ele dá prioridade a comunidade quilombola, quer dizer que isso daí é uma coisa muito importante né... (OLIVEIRA, 2022, informação verbal)²⁵

Nesse processo houve dificuldades por parte da secretaria de agricultura em reunir com as comunidades, por falta de conhecimento sobre o assunto tratado, e deve-se ressaltar, não se tratar de uma temática fácil para se resolver em apenas uma reunião, contudo, como afirma o secretário de agricultura, o pessoal da empresa tinha habilidade com o assunto, muito conhecimento. Acerca da dificuldade de reunir o senhor secretário afirma que:

olha veja bem essa, essas comunidades quilombolas... é, é no município de Cafarnaum existiu uma dificuldade enorme de, de, de reunir com as comunidades...tá entendendo a gente tinha que sair de porta em porta convidando o pessoal, dizendo a importância disso, tá entendendo pra ver se o pessoal sai pra vir pras, pras reuniões, sempre não vinha a comunidade toda ai vinha vinte, trinta por cento

²¹ Entrevista concedida por Robério Lopes de Oliveira, em 20 de junho de 2021.

²⁵ Entrevista concedida por Robério Lopes de Oliveira, em 20 de julho de 2021.

da comunidade..... e nas reuniões das comunidades é, é, era como é que diz o Bráulio explicava todo o fundamento da, da, da, da questão da comunidade quilombola, as vantagem né. (OLIVEIRA, 2022, informação verbal).²²

Por esse depoimento pode-se deduzir que esse projeto era realmente do governo municipal, tanto o empenho do secretário de agricultura para que as reuniões ocorressem, como uma etapa formal do processo, para isso, movimentando todos os meios possíveis ao seu alcance, como convidar as pessoas de casa em casa, explicar a importância da reunião, e mostrar as vantagens em ser quilombola. Fica claro aqui o que Faoro (2021) argumenta de quem é o poder, e como esse poder age para continuar e manter com o estado patrimonialista.

Outra ideia posta é a visão de ver o “negro” como coitado, incapaz, como aquele que não sabe ou não tem condições de se desenvolver sozinho, que necessita sempre da mão branca para proteger, guiar, apontar caminhos, dentro da perspectiva de dependência do negro em relação ao branco, o “negro” sem a ajuda desse outro, jamais alcançará melhores condições de vida, tendo em vista que esta condição está sob o jugo do homem branco, do poder público, e esse espaço de poder não pertence ao negro, Fanon (2008).

Dentre os entrevistados pela empresa para o processo de certificação, no ano de 2015, um reconhece que fora entrevistado por alguém sobre o assunto, mas que não lembrava como foi, enquanto dois não se lembram de ter participado do processo e um dos quatro, já falecido, enquanto que os quinze entrevistados para este trabalho, por meio de questionário escritos, nenhum sabe como ocorreu esse processo, mesmo com a assinatura na lista de presença na ata lavrada na reunião, ocorrida para auto declaração.

Pode-se associar esse esquecimento a algo que não fez muita importância na vida dessas pessoas, por ser um projeto ao qual não estavam ligados diretamente, diferente dos relatos relacionados as suas vivências dentro da comunidade isso sim é memória viva, e assim são capazes de lembrar e recontar fatos ocorridos há muito tempo, pois deles participaram ativamente e tiveram importância reais em suas vidas, (HALBWACHS, 2013, p. 29).

O indivíduo que lembra está inserido na sociedade na qual sempre possui um ou mais grupo de referência, a memória é então sempre construída em grupo, sendo

²² Entrevista concedida por Robério Lopes de Oliveira, em 20 de julho de 2021.

que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, como se pode ver, o trabalho do sujeito no processo de rememoração não é descartado, visto que as “lembranças permanecem coletivas e são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2013, p. 30).

Dessa maneira, a lembrança é resultado de um processo coletivo, estando inserida em um contexto social específico. As lembranças permanecem coletivas e são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente o sujeito se encontre envolvido. Isso acontece na medida em que o indivíduo está sempre inserido em um grupo social.

1.3.1 Critérios de escolhas das comunidades

Sobre os critérios utilizados pela SMA, para a escolhas dessas localidades a serem reconhecidas como comunidades quilombolas, teve a cor da população como preponderante e o fato de ser uma área onde há um índice maior de pobreza dentro do município.

[...] os critérios foi o seguinte ... é a questão quilombola que a gente, que o governo ... é como se diz eles quer, ele quer, ele quer, como se fosse é ressarcir aquilo que eles perderam na época que era escravo né ... sofreram muito então o que é que o governo é o governo quer, eles quer justamente criar essas comunidades quilombola pra que haja, ache uma verba a fundo perdido, então todo prefeito no caso é .. é ... se procurar se interessar nesse sentido é, é sai muita coisa tá entendendo, sai casa a fundo perdido pra comunidades né. [...]. (OLIVEIRA, 2022, informação verbal)²³.

Um dos critérios apresentados pelo entrevistado foi a reparação pelo sofrimento a que os escravizados e seus descendentes passaram durante o período escravista e posterior. Contudo, não fica claro, quais políticas públicas serão desenvolvidas para esse público. Ao citar “verba a fundo perdido” significa o desconhecimento com os programas de ações afirmativas de valorização das minorias.

²³ Entrevista concedida por Robério Lopes de Oliveira em 20 de julho de 2021.

O que havia era uma oportunidade a partir da criação de comunidades quilombolas, para efetivar projetos que beneficiasse as comunidades, assim, não se buscou compreender quais critérios deveriam ser observados, quais análises deveriam ser feitas juntamente com a população, os esclarecimento de forma ampla, o envolvimento cultural, socioeconômico e de descendência, que desencadeasse nesse povo o desejo de engajar-se nesse empreendimento de forma autônoma, compreendendo suas lutas e traçando objetivos a serem alcançados.

Fraser 1995, aponta que a “política de reconhecimento busca reafirmar as identidades sociais”, o que não é o caso de acordo com os critérios já abordados, uma vez que não se busca reconhecer e aceitar o outro em suas diferenças. Mas, propõe políticas de redistribuição dos recursos materiais disponíveis no Estado como forma de reparação e justiça social.

Os dois conceitos se tocam em certo ponto, contudo, segundo Fraser 1995, o reconhecimento tem a ver com a valorização e busca “[...] igual respeito por todos os participantes e que assegure igualdade de oportunidade para alcançar a estima social”, ou seja, reconhecimento que dê oportunidade ao ser humano se desenvolver em suas diferenças.

Já a redistribuição, vise redistribuir as riquezas de igual forma, de modo que os humanos tenham melhores condições de vida, mas mantem a estrutura social geradora da desigualdade da mesma forma. A autora defende, portanto, a combinação das duas variantes, para que o sujeito tenha igualdade e dignidade, tanto de bens, como de respeito.

Na pesquisa feita com o uso de questionário escrito, a maioria dos entrevistados declaram ter participado da reunião, esse cabe observar que fora feito com um público mais jovem, mas não sabem apontar com clareza as causas que levaram a comunidade a se auto declaração como comunidade quilombola.

Tendo em vista que não sabem como se deu o processo e não conheciam os trâmites legais, e por conta de ter sido um processo político de pouca participação popular o que ficou registrado foram os possíveis benefícios, que a população poderia receber. No tocante às causas que levaram as pessoas a se auto declararem remanescentes de quilombola o entrevistado três afirma:

Mas bom... não sei te responde esse ponto aí mais, eu que acho assim, como nois tem a associação entendeu, que nem nois somos sociados e as veis as pessoas faz aquelas perguntas que lá as veis que nois merece entrar no colombola lá pode ser que, que bota a gente

no meio carabola né.... Porque é pobre... porque é pobre é, é, é, mais eu não sei te enformar porque motivo que foi que veio.... Eu acho porque a gente é pobre, e, e a gente não inora.... Eu me acho que sei lá. (SOUZA, 2022, informação verbal)²⁴.

O entrevistado desconhece os critérios que os dariam direitos a se auto definirem como comunidade quilombola, e explica o porquê evidenciando um merecimento ao fato de serem de baixa renda, como determinantes para o ingresso como quilombola, de forma que o processo aponta a pouca participação popular; o conhecimento dos moradores sobre o que é uma comunidade quilombola; “o jeitinho brasileiro” como forma de corrupção para alcançar objetivos de forma rápida e o uso político que se pode fazer das leis em benefício próprio.

Outro fato que chama a atenção é o entrevistado dizer [informação verbal] [...]” não sei te enforma porque motivo que foi que veio”²⁵ [...]. Isso mostra o quanto o processo fora do Estado para o povo, quando devia partir do povo para o Estado. Nos aponta também para o que já fora afirmado aqui, a passividade dessa população no processo de reconhecimento das comunidades quilombolas.

Dessa forma, é importante mencionar o fator cor, como um dos critérios relacionados ao processo de criação das comunidades quilombolas, o que está no imaginário popular, o negro está relacionado ao escravizado como afirma o entrevistado quatro.²⁶

[...] eu tava conversando com um colega meu e dizendo a questão de quilombola, meu avô era policial, era preto, né eu sou branco né, meus irmãos são uma parte é branca, João já é moreno, vem Ademir que tem o mesmo quer dizer, tem o nego Henrique né, então essas questões vem de lá de muitos anos atrás. [...] (OLIVEIRA, 2022, informação verbal).

Ao observar o entrevistado três³¹ o pensamento é o mesmo, ao ser questionado sobre o que é um quilombo, colocando a cor como um fator que determina o quilombo. (Informação verbal)²⁷ “É, bom, é o que eu penso, num sei, só que eu penso isso, porque quem não é do quilombola não quer ser nego então nois somos nego.... eu tô falando logo que é nego é o quilombola faz parte com índio então”? (SOUZA, 2022 informação verbal).

²⁴ Entrevista concedida por Osvaldo Bispo de Souza em 22 de julho de 2022.

²⁵ Entrevista concedida por Robério Lopes de Oliveira em 20 de julho de 2021

²⁶ Entrevista concedida por Robério Lopes de Oliveira em 20 de julho de 2021

³¹ Entrevista concedida por Osvaldo Bispo de Souza em 22 de julho de 2022.

²⁷ Entrevista concedida por Osvaldo Bispo de Souza em 22 de julho de 2022.

Para fazer um contraponto a maioria dos entrevistados disseram ser pardo ou moreno, seria uma forma de se distanciar do negro e de suas heranças do sistema escravocrata, uma vez que desde a América Portuguesa, o pardo, que não era branco, mas também não era negro buscavam aí, nessa diferença de cor, melhores condições de vida e acordos entre os senhores escravizadores, Barros (2019, p. 92, 93).

Para além dos interesses políticos, esse processo se caracteriza pela dominação, de subordinação do outro, por meio de promessas e programas assistencialistas tanto de ordem Municipal como Federal, assim se percebe a extensão do mandonismo, do paternalismo, o clientelismo, descrita por Sampaio (2017), como um conjunto de práticas que caracteriza o coronelismo, que ainda faz parte da política e da organização social vigente nas pequenas comunidades sertanejas e do município de Cafarnaum, como forma de dominação e sustentação pelo “apoio” popular.

A troca de favores evidencia-se quando são colocadas as possíveis melhorias as quais as comunidades podem receber ao se auto definirem como comunidade quilombola e descendentes de escravizados. Aumento na merenda escolar, casas, cestas básicas, água encanadas nas casas, posto de saúde, transporte escolar, diminuição do valor da conta de água e energia são alguns exemplos. Em contrapartida, recebendo esses benefícios essas comunidades seguem politicamente com o voto às pessoas que os “beneficiaram”, fortalecendo o grupo político e o mantendo no poder.

“Já recebi um benefício e vino mais eu recebo mais ainda, se fosse duas veis por semana eu achava bom (risos) é ué... muito bom chico, bom demais” (informação verbal, SOUZA, 2022). O entrevistado se refere a cestas básica doadas pelo Programa Brasil Quilombola, evidenciando assim sua alegria em ter recebido o benefício, contudo o mesmo não percebe que essa política pública é fruto do seu próprio trabalho. O que pode gerar aqui o atrelamento do “benéfico” ao voto.

Essas ações imediatas e a longo prazo podem beneficiar as comunidades, e não é o que se questiona aqui, mas o fato de que as pessoas precisam para além disso, também se identificaram como o sujeito aos quais dizem ser, ou seja, quilombolas, propor uma pauta de luta que se vejam como membro integrante, ativo e transformador do meio social que faz parte.

Imagem 2 - Ato de auto definição de comunimidade quilombola.



Foto 2015, Fonte (SMAC).

Nessa imagem é possível observar o momento do aceite ou auto definição das três comunidades anteriormente citadas, o gesto que simboliza e marca o momento com membros das comunidades descendente de quilombo e escravos, reflete um número reduzido de pessoas, pela quantidade de moradores, mas, ao mesmo tempo a esperança de que as promessas apresentadas sejam cumpridas a fim de melhorar a vida dessa população sertaneja.

Ressalta-se, portanto, que na esfera Federal existem programas e ações de apoio a população negra e de comunidades quilombolas, como o Brasil Quilombola, cotas nas universidades e concurso públicos, saúde da família, educação, dentre outros, que serão aprofundados em outro momento nesse trabalho, e que fundamentam a auto declaração, para acessar esses programas.

Observando a portaria de 26 de novembro de 2007, que define os documentos e procedimentos necessários para atribuir a uma comunidade o título de remanescente de quilombola, sendo: ata de assembleia convocada para esse fim, com a presença da maioria dos associados, acompanhada de lista de presença; fotos, documentos, reportagens, estudos realizados, que atestem a história comum do

grupo, ou suas manifestações culturais; apresentar relatório sintético da trajetória comum do grupo e solicitação ao presidente da FCP de emissão de certificação de auto definição.

Todo esse processo fora feito pela empresa ASCON, de forma resumida e simplória pois, os membros das comunidades não sabem como de fato ocorreu esse processo e poucos participou dele como afirma o entrevistado quatro:

[...] “a gente tinha que sair de porta em porta convidando o pessoal, dizendo a importância disso, tá entendendo pra ver se o pessoal sai pra vir pras, pras reuniões, sempre não vinha a comunidade toda ai vinha vinte, trinta por cento da comunidade[...]”²⁸.

Como o processo não contou com a participação ativa da comunidade, percebe-se um vazio, pois a associação está desativada desde 2011, antes do início do processo, as manifestações culturais ficaram em sua grande maioria nas lembranças da população. Contudo, os festejos sofreram mudanças, como a festa de São Pedro, as missas e a festa de Santo Reis, efeito da modernidade industrial, das novas formas de ver e pensar a sociedade humana.

Concluindo, cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender essa dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma, é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Esse é o único procedimento que prepara os homens para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir Laraia, (2009).

1.3.2 Legislação sobre o processo de auto definição de comunidades quilombolas

O processo legislativo, que se inicia com a criminalização dos quilombos, já a partir do conceito estabelecido para a América Portuguesa, e, que se estende até o fim da escravidão legal em 13 de maio de 1888, lei Áurea, assinada pela princesa Isabel. A partir de então inicia-se um processo de reconhecimento do negro como cidadão brasileiro com o movimento negro.

²⁸ Entrevista concedida por Robério Lopes de Oliveira em 20 de julho de 2021

Com a Constituição aprovada pelo parlamento brasileiro em quatro de outubro de 1988, especificamente em seu art. 68 do ADCT, que afirma: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Dessa forma é reconhecido como comunidade quilombolas apenas as localidades em que havia remanescentes dos quilombos até 1888, e que se reproduziram naquelas localidades, o que para o parlamento brasileiro seriam poucas as comunidades nessa situação o que explica, portanto, a pauta no ADCT, Fiabani (2005, p. 390).

Entre avanços e retrocessos, pode-se apontar a Lei n. 7.668, de 22 de agosto de 1988, que cria a FCP; a Lei n. 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceitos de raças e cor (Lei Caó); Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira; Lei n. 12.288 de 20 de julho de 2010, institui o Estatuto da Igualdade Racial, dentre outras.

Merecem destaques também, os decretos. n. 4.228 de 13 de maio de 2002, que institui no âmbito da Administração Pública Federal, o PNAA; decreto. n. 4.886 de 20 de novembro de 2003, institui, a PNPIR; decreto. n. 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos; decreto. n. 5.520 de 24 de agosto de 2005, institui o SFC e dispõe sobre o CNPCMC.

Esse conjunto de leis, decretos e normas tem a finalidade de reparação e afirmação social para a população preta, pobre, marginalizada, que vivem ou viveram um histórico de abandono governamental legal e buscam acessão social por meio das políticas públicas estabelecida nas legislações vigentes. Deve-se, contudo, observar que essas conjunturas legais advêm das lutas dos movimentos negros organizados, como afirma:

Nos últimos 20 anos os descendentes de africanos, [...] organizados em associações quilombolas, passaram a reivindicar o direito a permanência, e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia, sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores em sua especificidade (FIABANI, 2005, p. 376-377).

O tema será abordado com mais especificidade na sessão três e quatro desse trabalho, a fim de compreender na atualidade como estão sendo as discussões e a busca por essas políticas públicas nos espaços sociais, como fruto da legislação para a reparação e igualdade social.

2 ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE QUEIMADA DE TIANO, ERVA CIDREIRA E LAGOA DO GADO, DO MUNICÍPIO DE CAFARNAUM

O processo de formação e certificação dessas comunidades ocorreu de forma semelhante nas demais comunidades do Município de Cafarnaum. Nessa seção, será analisado de forma crítica, a partir das fontes, conceitos, das fundamentações teóricas e metodológicas, esse processo que visa em primeiro momento reconstruir uma dinâmica de manutenção e perpetuação do poder, com o que conhecemos como troca de favores.

Essa sessão, está apoiada nos conceitos abordados por Anderson, (2008), Barros, (2009 e 2016), Ferreira, (2018), Fiabani, (2005), Gomes (2015), Reis e Gomes (1996), Schwarcz, (2015), Souza, (2014) além de outros que possam contribuir com a análise, a fim de proporcionar um fortalecimento nas reflexões proposta e compreensão dos conceitos aqui abordados.

Até os dias atuais, essas comunidades ao qual se refere o título desse trabalho, esteve centrada nas mãos de líderes locais, sempre passando para outro mais velho ou com poder econômico elevado, como forma de domínio. Ferreira (2018, p. 22), afirma que “No sertão baiano, assim como em todo o Brasil imperial, escravos, libertos e livres pobres estavam em condições de dependência em relação aos ricos senhores, fosse estes possuidores ou não de grandes extensões de terras”. Fato esse que se perpetua nas pequenas e grandes comunidades sertanejas. Logo,

No alto sertão baiano constituídas de escravos que trabalhavam nas roças, fazendas, vilas e arraiais, ao lado de livres pobres. Nesses espaços também procuravam fazer negócios e adquirir dinheiro. Nas relações com parentes e vizinhos urdiam em arranjos cotidianos, meios mais propícios à vida no sertão. (PIRES 2009, p. 110),

Dessa forma reforça a ligação das comunidades de Cafarnaum, no período, parte integrante da freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, com a mestiçagem na composição das pequenas comunidades espalhadas nesse município.

Na Região de Irecê, sertão da Bahia, as comunidades se formaram em torno de rios, aguadas e currais, onde pudessem alimentar seus animais e fazer pequenos plantios, principalmente no sistema de policultura, mantendo uma teia familiar, o que

caracteriza essas comunidades, além do sistema “paternalista”²⁹ que mantinham além dos familiares, agregados que pudessem ajudar nos trabalhos cotidianos. Souza (2014, p. 31) “o chefe de família, cercado de seus dependentes e agregados, era o núcleo básico da organização na África”.

Nesse viés, no povoado de Queimada do Tiano, os senhores Justiniano Manoel de Souza e Pedro Teles de Carvalho, mantinham sua família de filhos, genros, noras, netos e agregados em torno de si, da produção agrícola e da criação de animais, contexto claro da relação de dominação e poder sobre os demais, tanto pelo poder econômico, como pelo laço de sangue familiar, o que se estendeu também para a política local.

Esse exemplo se estende às outras duas comunidades, com o senhor Genelísio em Erva Cidreira e os senhores Ricardo e Mandú em Lagoa do Gado, ambos buscavam manter seus familiares próximos, tendo como base de sustentação a terra.

Com a conquista das terras por apossamento, como afirma a entrevistada um (informação verbal)³⁰ “Nesse tempo meu fiu o povo apussiava de terra nã tinha é esse negócio aqui é meu ou aqui é, é meu assim, porquê se chegasse e plantasse aquele pedaço de terra era dono”, se inicia o plantio e a criação de animais pelos membros da família e agregados. A entrevistada sete afirma que Tiano: (informação verbal) “ele tinha muita terra ele tinha gado, criação, tudo ele tinha, criavam porcos tudo ele criava”.

A Lei de Terras de 1850, feita para disciplinar o acesso à terra, também veio para impedir ou dificultar a posse da terra por parte da população pobre e principalmente dos imigrantes que vieram ao Brasil para atender às exigências do processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre nas zonas cafeeira do país. (FIABANI 2005, p. 353).

A partir da Lei de Terras, adquirir terras no Brasil ficou ainda mais difícil para os pobres, devido a burocracia para registrar em cartório e pelo preço. Assim a grande maioria da população do campo, não tinha condições de adquirir, se não por doações dos senhores ou pelo Estado. Aqui pode perceber-se como os posseiros adquiriram grandes quantidades de terras observando o contexto da época e as condições financeiras desses posseiros.

²⁹ Regime em que a autoridade do pai prevalece ou que nela se baseia; paternalidade.

³⁰ Entrevista concedida por Adalza Pereira Lima em 20 de julho de 2021.

Nesse contexto de apossamento/compra de terras, plantio de produtos para a alimentação familiar e o comércio, além da criação de animais, estão centradas as bases da formação dessas comunidades, com pessoas vindo de diversas partes do município e de outros, em busca de melhores condições de criarem suas famílias, baseada na posse da terra.

Nessa teia de relações criaram famílias, faziam festejos, remédios caseiros, rezas para os mortos, para mal olhado, espinhela caída, partos, mesas de Cosme e Damião, compadrios, e se tornaram vaqueiros, lavradores e criadores de animais.

2.1 QUILOMBO, COMUNIDADE DESCENDENTE DE QUILOMBO E/OU COMUNIDADE SERTANEJA

Os negros trazidos do continente africano para o Brasil, para trabalhar como escravos no negócio da cana-de-açúcar, na casa grande, no comércio de rua, na lavoura, nos garimpos ou em qualquer trabalho pesado e degradante, destituídos de suas aldeias, povos, famílias, culturas e do seu continente, embarcados em navios, carregados como cargas de quaisquer objetos, atravessavam o Atlântico e eram negociados nas terras nova, ou seja, continente americano.

Schwarcz, 2015 chama a atenção para o início da escravidão com negros vindo do continente africano, não para substituir o indígena, pois o mesmo fora escravizado até o século XVIII, mas também pelo lucro do tráfico negreiro que rendeu aos traficantes brasileiros e europeus enormes fortunas e em pouco tempo já eram enormemente superiores a escravidão indígena.

A partir de 1532 quando de fato inicia-se a colonização nessas terras que mais tarde seria chamada de Brasil, também iniciam os conflitos. Primeiros entre portugueses e indígenas ao perceberem que estavam sendo explorado por meio do escambo praticado entre nativos e colonizadores, depois com a chegada de povos africanos trazidos como escravos para trabalhar nessas terras. Ambos reagiram ao trabalho escravo e criaram modos de fugir desse modelo escravagista de mão-de-obra adotado, ampliado e modificado nas Américas.

Nessa linha de raciocínio, Reis e Gomes (1996, p.9) afirmam que “onde houve escravidão houve luta e resistência”, assim é possível dizer que tanto os escravos

negros quanto os indígenas não aceitaram a escravidão e o subjugo do homem branco, procuraram com as fugas, revoltas, motins, suicídios, aborto, corpo mole no trabalho, formação de quilombo, ataques contra senhores e feitores, resistir ao período de mais de trezentos anos de escravismo nas terras brasileiras.

Assim, Gomes (2015, p.12), alerta para as primeiras manifestações e informações sobre o surgimento de grupos aquilombado no Brasil desde 1575, ele pontua que “ainda em fins do século XVI, as autoridades coloniais garantiam que havia alguns obstáculos à colonização, sendo o primeiro deles os ‘negros da Guiné’ que viviam em algumas serras e praticavam assaltos às fazendas e engenhos”.

Dessa forma, percebe-se pela citação, assim que começou o trabalho com mão-de-obra escrava, teve início à revelia, isso não apenas para os escravos vindo do continente africano, mas também dos povos indígenas usados nas atividades agropastoril como escravos, esses levavam algumas vantagens nas fugas, já que conheciam as matas e as utilizavam a seu favor.

Diante disso, é oportuno dialogar com as palavras de Fiabani (2005), ele defende a ideia da fuga como um processo de reaver a humanidade do escravo, de buscar a liberdade e obter o que era seu bem precioso, a sua força de trabalho. Dessa forma, não se pode dizer que o escravo fugia por não se adaptar ao trabalho ou a “civilização branca europeia” (p.11), buscando reconstruir uma África nas terras coloniais, mas com o intuito de se humanizar, para resistir o julgo imposto pela colonização, fugia pela busca da dignidade enquanto sujeito. Contudo a fuga não foi o único meio de resistência ao trabalho escravo,

Os trabalhadores feitorizados serviram-se de diversos meios para se opor, de forma consciente, semiconsciente e inconsciente à exploração escravista, destacando-se entre eles a resistência na execução do trabalho; a apropriação de bens por eles produzidos; o justicamento de escravistas e prepostos; a fuga; o aquilombamento; a revolta; a insurreição. O cativo resistiu ininterruptamente, mesmo quando se acomodava à escravidão. (FIABANI, 2005, p. 7).

Mesmo com a iminência do castigo, os escravos não deixaram de se rebelar contra o regime escravocrata ou as más condições de trabalho. Os castigos e instrumentos eram diversos como a máscara de folha de flandres, os anjinhos, colares de ferros e madeiras, o pelourinho, castigos físicos e até mesmo a pena de morte, com isso os senhores pretendiam controlar e esvaziar pela força e pelo medo qualquer tipo de contravenção pretendida pelo escravizados, Schwartz e Gomes (2018, p. 144).

Outrossim, a escravidão deixou profundas marcas de violência tanto física quanto psicológica. Tal tratamento degradante era implementado para a exploração das novas terras e pela busca de riquezas, além da manutenção do poder e da riqueza dos europeus. Os negros africanos foram trazidos para essa empreitada, diante da imposição dos europeus, sofrendo diversos castigos na busca por liberdade, na produção acelerada para o lucro do senhor, a humilhação e, até mesmo, a perda da essência humana.

Contudo, mesmo após esse processo de escravização legal, até o 13 de maio de 1888, esse processo de humilhação, de penalização, de trabalho degradante, insalubre e mal pago, continua sendo executado por mão-de-obra negra.

Cabe aqui, pensar sobre o termo “Comunidade Remanescente Quilombola” para a microrregião de Irecê, para os dias atuais, uma vez em que na historiografia não se encontra registro de quilombo na Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu, a qual essas comunidades eram parte integrante no período. O termo remanescer diz-se de algo ou alguma coisa que resta, nesse caso, a expressão perde o sentido e está sendo usada de forma equivocada.

Tem-se, portanto, nessa região, comunidades sertanejas, rurais, mestiças, formadas dos enlaces de parentescos e de prestação de serviços de descendentes de escravos e livres, que se perpetuaram nesse espaço, a partir da “criação” desse sertão com o objetivo de criar e recriar de gado que abastecia o mercado de carne do Recôncavo e da Capital da Bahia.

O escravo e o quilombola não compartilham da mesma situação social. O escravo está sob posse e domínio do dono, já o quilombola é o escravo que fugiu formando aglomerações, contrapondo o sistema escravocrata vigente. Dessa forma, nessa região afirma-se que houve escravidão, mas, não há registro de quilombo, o que implica na denominação usada para comunidade remanescente de quilombola.

De acordo com as fontes, essas comunidades são criadas e não reconhecidas, ou seja, reconhecer leva a pensar em algo existente sem necessidade de criar ou recriar, não se cria o existente. [...] “foi também em cada reunião explicado realmente a importância de, de, de se criar as comunidades quilombolas” [...]. (Informação verbal OLIVEIRA, 2022).

Reconhecimento significa que um indivíduo ou grupo social reivindica o direito a ter sua identidade reconhecida, buscando na forma da lei, ou por instituições do Estado. Com isso buscam se reconhecer diferentes, mas com igual direito às riquezas

produzidas pelo Estado, que devem ser compartilhados com essa população, Taylor (1994).

2.1.2 Evolução do conceito de quilombo

Segundo Munanga “o quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantos (kilombo, aportuguesado: quilombo)” (MUNANGA, 1996, p. 58). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos cujos membros foram trazidos e escravizados nessa terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire. Segundo o autor, para se conhecer a formação e o fenômeno quilombola no Brasil, torna-se necessário conhecer suas origens.

O conceito de quilombo no Brasil evoluiu ao longo do tempo, desde os primeiros momentos do surgimento desse evento em terras brasileiras, ou seja, da América Portuguesa, quando se iniciou o trabalho com escravos, surge o quilombo como forma de resistência, ao trabalho forçado implantado pelos colonizadores europeus, nos trabalhos da lavoura, casa, grampo, no comércio entre outras atividades onde a prática fora empregada.

Dom João V, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, definiu quilombo como toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em partes despovoadas ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilão neles. Nessa análise, para Fiabani (2005) as primeiras definições de quilombo na América portuguesa, no Regimento dos capitães-do-mato de 1722, define quilombo como a “formação de grupos acima de quatro negros fugidos e longe de povoações onde se encontrem ranchos, pilão e modo de aí se conservarem”. (p. 269).

O quilombo, até 1888 era sinônimo de resistência e lutas contra o trabalho escravizado, desde os princípios da colonização brasileira é uma designação dos senhores ao qual chamavam os lugares para onde os negros fugiam, ou seja, um refúgio, lugar seguro e geralmente de difícil acesso, para os negros, mocambos.

A partir da Lei Áurea não se justifica mais esse conceito, como afirma Fiabani (2005, p.375), juridicamente os trabalhadores escravizados passaram a ter autonomia sobre seu labor, não necessitando mais da fuga, para dominarem sua força de trabalho. Assim sendo, o quilombo deixou de existir como fenômeno sociológico histórico. Passamos a ter no Brasil, no mundo rural, comunidades negras, de diferentes origens, lutando pelo controle da terra e pela venda de sua força de trabalho.

Assim, Souza, (2012, p. 63) trata quilombo em três dimensões, o quilombo históricos como lugar de memória de resistência negra, um fenômeno histórico específico que se estruturava no seio do sistema colonial escravista e o combatia; o quilombo como referência simbólica e conteúdo político para o movimento negro e quilombo de direito, conforme o art. 68 da Constituição Federal de 1988 em que documentos, sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, atestam sua existência histórica e legitimidade jurídica e pertença cultural remanescente.

Na nova conceituação de quilombo, portanto, deve-se substituir fuga e isolamento por resistência e autonomia (...) uma autonomia que possibilitou a formação de um campesinato negro ainda durante a escravidão (...) a transição da condição de escravo para camponês livre é o que caracteriza o quilombo independentemente das estratégias utilizadas para alcançar essas condições (fuga, negociação como os senhores, heranças, entre outras), Souza (2005, p. 90).

O art. 68 da Constituição Federal, trata em primeira instância dos remanescentes de quilombos oriundos do período escravista, o que não atendia outras comunidades formadas depois do processo de “libertação dos escravizados”, sendo necessário ampliar o conceito de quilombo. Com o decreto n. 4887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos.

Art. 2º do decreto n. 4887, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003, p.1)

Walter Fraga (2006), relata que após o treze de maio de 1888, fim da escravidão no Estado Brasileiro, os já ex-escravos a partir do dia seguinte a Lei Áurea

voltaram para suas fazendas, seus ex-donos, pois não tinham para onde ir, com “liberdade”, mas sem emprego, moradia, educação, saúde não havia outra opção a não ser voltar para o trabalho em que fazia no período da escravidão.

O pós-abolição, não trouxe perspectivas de mudanças rápidas, pois a própria Lei Áurea foi bastante objetiva com a finalidade de abolir o trabalho escravo e tão somente isso, dessa forma o ex-escravo, agora sem dono, sem amparo legal do Estado, se viu na obrigação de buscar emprego nos campos e cidades para garantir sua subsistência. Esse é um ponto de manutenção do olhar colonizador que chegou até os dias atuais, de como o negro é visto ou representado nessa sociedade como o mais rude, o ignorante, o feio, o incapaz de progredir por si próprio.

Tanto o art. n. 68 da CF de 1988, quanto o decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003, são frutos da luta de movimentos negros, tanto urbanos quanto rurais, que buscam por reparações e inserção na sociedade outrora sob comando exclusivo dos brancos ricos. A partir de então surgiram várias comunidades que se autodeclararam como remanescentes de quilombo buscando o direito à terra, a saúde, a moradia, a educação, a manter sua cultura e sua identidade dentre outros tantos renegados historicamente.

Estar na lei, não significa que o processo foi resolvido, muito pelo contrário, inicia-se, portanto, outro processo que talvez seja mais demorado e emperrado pela burocracia imposta pela legislação. Existem demandas religiosas, uma vez que a forte influência do cristianismo “demonizou” ao longo do processo histórico as religiões de matrizes africanas; demandas agrárias, que os grandes proprietários além de terem a posse da terra querem garantir a mão-de-obra farta, barata e disponível para seus empreendimentos; demandas políticas de forma em que seus representantes querem fazer ou manter seus “currais eleitorais”.

Dentre essas barreiras, existe outra, a social, em sentido mais amplo que engloba todas as outras citadas anteriormente, mas que se difunde dentro de uma visão global do que é ser um quilombola, o que ele representa e como ele se representa, pois não basta se auto definir e receber uma titulação de quilombola, mas é preciso agir como um quilombola. Acerca disso, Souza pontua:

[...] os dados contemporâneos são mais do que eloquentes e, de todos os pontos de vista, confirmam a incompletude da Abolição e a resiliência dos padrões de (não) reconhecimento do outro, que dão o tom das nossas brutais desigualdades. (2012, p 118).

Na perspectiva de solucionar ou diminuir a desigualdade de classe, Souza aponta as propostas anotadas por Burity, que seriam:

Investimentos na construção de uma cidadania democrática; erradicação da miséria por intermédio da identificação de recursos; não naturalização das desigualdades e da violência; não deixar nas mãos de ONGs e da sociedade civil a responsabilidade total de enfrentamento econômico, será a solução para o problema da pobreza e desigualdade. (2012, p.119).

Ao observar esses pontos é interessante rever a historiografia brasileira e analisar como essa sociedade fora forjada, tendo em vista seus três elementos principais, o negro, trazido à força para trabalhar como escravos nos empreendimentos coloniais, o indígena nativo da terra, mas que também fora subjugado para esse empreendimento e o branco europeu, tido como civilizado, utilizou da mão-de-obra escrava para “civilizar” os negros e os indígenas.

Desse embate surge uma sociedade amplamente desigual e que se perpetuou na dominação branca, com discriminação, preconceitos de cor, social, cultural, religioso, que não permitiu aos menos favorecidos igualar-se aos dominantes, de forma que essa continuidade chega aos dias atuais de forma velada.

Apesar das dificuldades apontadas pela historiografia brasileira, é preciso ler nas entrelinhas que nunca houve uma aceitação dessa condição de subalternos, nem pelos indígenas nem por parte dos negros e seus descendentes, a historiografia aponta para o conflito, motins, revoltas, fugas, desde o início da colonização e que perpassa pela sociedade atual com outro viés, como a formação de comunidade quilombola por exemplo, como forma de atuar no embate a essa sociedade carregada de discriminação, preconceito e privilégios.

As comunidades quilombolas não são um ato de isolamento às margens da sociedade, mas um grito, um chamamento, uma força política contrários às mazelas sociais que invade o dia a dia dos pobres e desvalidos de ações de políticas públicas que os deem direitos e transformem em agente ativos da sociedade.

2.2 RESIGNIFICANDO O CONCEITO DE QUILOMBO

Fiabani (2005, p. 377), relata que na nova leitura da antropologia, que parece incorporar todos e qualquer fenômeno de cunho afro-brasileiro, o quilombo passaria a ser “qualquer forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações”. Nesse sentido, na atualidade, o quilombo “significaria para essa parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado”. Ainda nessa perspectiva,

o quilombo passa a significar um tipo particular de experiência, cujo alvo recai sobre a valorização das inúmeras formas de recuperação da identidade positivas, a busca por se tornar um cidadão de direitos, não apenas de deveres. Enquanto uma forma de organização, o quilombo viabiliza novas políticas e estratégias de reconhecimento. (FIABANI, 2005, p. 375).

Dessa forma aquilombar-se hoje significa buscar os direitos renegados à população negra e pobre desse país. Cabe, portanto, (res)significar o conceito de quilombo que será aplicado para melhor compreendê-la, pensando na sua formação desde os primeiros moradores, já descrito, e seu desenvolvimento ao longo do tempo, sem uma aproximação como a temática de luta dos povos negros.

o termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo “ressemantizado” para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contexto do Brasil. (FIABANI, 2005, p. 390).

E segue: contemporaneamente,

O termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. (FIABANI 2005, p.390).

O conceito de quilombo desenvolvido por Fiabani (2005), Moura (2020), Nascimento (2016), Reis (2008), Souza (2016) e tantos outros que descreveram sobre esse conceito, não pode ser aplicado para essa região, uma vez que esse fenômeno não ocorrera, segundo a historiografia regional, da mesma forma que não pode ser

ressignificado. A escravidão nesse sertão teve facetas diferentes das ocorridas no litoral e em outras partes da América Portuguesa, uma vez que o escravizado não tão vigiado nesse sertão e senzala não se encontra nas documentações para essa região.

Sodré (1998, p.221), afirma que: “o regime pastoril não pode comportar nunca, nunca o trabalho escravo. Eram duas coisas que se apresentavam antagônicas e irreconciliáveis”. A escravidão ocorrera, porém, com suas peculiaridades, o que não deixava de ser degradante para o escravizado, Sampaio (2017).

Aqui não se questiona a ausência da escravidão no interior da Bahia, haja vista que a historiografia registra diversas fazendas de gados, e lavras diamantina, além de outros trabalhos usando a mão-de-obra escravizada, mas se questionam o processo de requerimento da titulação de comunidade quilombola, utilizando o conceito de remanescente.

Para comprovar a escravidão no interior, na produção de carne principalmente, nota-se o uso em várias fazendas de médio e grande porte dessa mão-de-obra escrava. Neves (2008), ao observar os inventários dos produtores observa-se que em todas as fazendas existe a presença de escravos, Ferreira (2018, p. 20), afirma que na “Casa” Gurgalha o casal Soares da Rocha possuía mais de cem escravos em suas fazendas, no mesmo instante que Sampaio (2017), que estuda o coronel negro, Francisco Dias Coelho, esse sendo neto de escravos.

Por essas três referências de estudos feitos no sertão baiano, mesmo que estudem relação de poder e não escravidão diretamente, relatam em seus trabalhos a visão de como esses eram tratados por seus senhores.

Neves (2008, p. 267) não existia a figura do feitor intermediando as relações entre escravos e senhores; às vezes não existia nem mesmo um encarregado que cuidasse do serviço. Em alguns casos, o encarregado era alguém da família; outras vezes, um camarada responsabilizava-se pela execução de um comando temporário.

Em relação a essa “certa liberdade” a que os escravos do sertão dispunham ao seu favor, é preciso analisar alguns fatos, como por exemplo a seca. Essa região é marcada por constante secas, rios perenes; o clima semiárido, temperatura elevada; floresta rala, seca e espinhenta; ao observarmos essas características é possível pensar na fuga de escravos das fazendas para se embrenharem no meio dessa caatinga?

Um aspecto que deve se levar em conta é o fato da economia regional pastoril, o que dava ao vaqueiro possibilidades de juntar pecúlio comprar a alforria de sua

família e buscar a estabilidade com ajuda dos apadrinhados construindo assim uma vida mais confortável.

Percebe-se que a vida na fazenda sob o julgo do senhor seria mais “confortável” do que se arriscar a morrer nos ermos da caatinga de fome e sede. Não existe nessas referências citadas o uso do castigo do feitor ou da senzala, não está se referindo que não houvesse, mas não há registro de tal situação.

Dessa forma, podemos questionar a formação de quilombos desde a fundação da vila de Santo Antônio de Jacobina pelo coronel Sertanista Pedro Barbosa Leal em 1720 até a assinatura de Lei Áurea em maio de 1888.

Tendo em vista as dificuldades encontradas de forma geográficas e econômicas, para sobreviver no sertão com chuvas irregulares, falta de água, sem plantios, conseqüentemente sem vilas que pudessem comercializar ou mesmo saquear como mostra a historiografia dos quilombos em áreas de matas.

Assim sendo, o conceito de comunidade quilombola, deve ser entendido, neste trabalho, como comunidades sertanejas, primeiro pela ausência de quilombos nessa região da chapada norte, segundo devido à sua identificação como o termo “sertanejo”, mas acima de tudo por sua constituição identitária ao longo dos tempos, e por não serem oriundas de quilombos, formados a partir das fugas dos escravos.

Essa denominação de comunidade quilombola, desenvolvida a partir de dois mil e quatro, com foco em abarcar um número maior de comunidade, abre a possibilidade para processos distorcidos e com tendência a exploração de seus moradores, com a finalidade de obter recurso mais rapidamente, de forma a fazer a via de mão dupla no sentido de dar e receber, ou seja, oferece benefícios a partir de Programas Federais em troca do voto, tendo em vista que a própria solicitação à FCP fora forjada.

Do outro lado a participação popular fora ínfima no processo, mas também pode ser uma forma de receber proteção e investimentos públicos com mais rapidez e facilidade, mesmo as comunidades que não se reconhece como remanescentes de quilombolas por afinidade, e não poderiam ser, encontram formas de ser beneficiadas pelo governo.

Dessa forma, definir quilombo para essa região se torna confuso, tendo em vista a falta de relação com os conceitos clássicos de fuga descrito na historiografia brasileira. Compreende-se por quilombo partindo da premissa de luta e busca por igualdade econômica, como agrupamentos de pessoas que buscam reparações

sociais e econômica, tendo como estratégias a descendência de ex-escravos, comunidades pobres e mestiças. “[...] porque é pobre... porque é pobre é, é, é, mais eu não sei te enformar porque motivo que foi que veio.... eu acho porque a gente é pobre, e a gente não inora [...]”. (SOUZA, 2022, informação verbal).

Na esteira de Andersen, (2009, p.14), “o fato é que dizer que as nações são inventadas não resolve problemas algum”. Aqui podemos pensar o mesmo sobre as comunidades quilombolas. “Não há como não inventar culturas, do mesmo modo que não há como manter as suas patentes intactas: elas estão aí para ser copiadas e modificadas”. Mas o sentido em se tornar quilombolas precisa ser efetivo, vivido, compreendido, e não como parte subordinada do poder que as mantém sobre sua tutela.

Para Fiabani (2005, p. 376-377), “a ressemantização do termo quilombo veio a traduzir os princípios de igualdade e cidadania negados aos afrodescendentes”. Portanto, o quilombo passava a ser interpretado “como direito à terra, enquanto suporte de residência e sustentabilidade, há muito almejadas, nas diversas unidades de agregação das famílias e núcleos populacionais compostos majoritariamente, mas não exclusivamente de afrodescendentes”.

A citação acima descrita mostra um traço importante de resistência, transformação de significados e de política em busca de que pode se chamar de reafirmação cultural e territorial das pessoas de cor que perpassa a sociedade escravagista e que chega até os dias de hoje.

Para essa comunidade objeto dessa pesquisa, não se pode relacionar a busca pelo domínio da terra como luta ou resistência, do povo negro ou remanescente de quilombo, pois não existiu nesses termos. Essa não fora uma discussão da pauta, o interesse primeiro foram as políticas públicas de âmbito Estadual e Federal.

Dessa forma, é necessário compreender os novos significados dessas comunidades forjadas e levantadas não por “mãos próprias”, mas por ações do poder público em busca de manutenção do poder e da subserviência das populações. Populações essas que não sabem o significado de ser quilombola, mas que estão felizes, porque recebem cestas básicas. Assim é fundamental questionar que comunidade quilombola é essa, quais suas ações e interesse, suas lutas, ambições e visão de mundo.

Para sabermos quem são esses novos sujeitos, faz-se “necessário unir a perspectiva histórica com a avaliação de conjuntura: “São os quilombos de hoje, cada um com sua história singular, que se

transformam num símbolo de luta pela igualdade de direitos e de cidadania que afeta a milhões de pobres, trabalhadores sem-terra, desempregados e despossuídos em geral”. (FIABANI, 2005, p. 371).

O entrevistado seis citando o senhor Bráulio, responsável pelo trabalho de transformar essa comunidade em uma comunidade quilombola:

[...] ele explicou tudo pras comunidades a importância de ser quilombola né, das comunidades ser quilombola [...] a questão quilombola que a gente, que o governo ... é Como se diz eles quer, ele quer, ele quer, como se fosse é ressarcir aquilo que eles perderam na época que era escravo ne ... sofreram muito então o que é que o governo é o governo quer, eles quer justamente criar essas comunidades quilombola pra que haja, ache uma verba a fundo perdido, então todo prefeito no caso é .. é ... se procurar se interessar nesse sentido é, é sai muita coisa tá entendendo, sai casa a fundo perdido pra comunidades né [...]. (OLIVEIRA, 2022, informação verbal)³¹.

“O quilombo é, é, é chamado negro né, ou não, terra de índio né, negro não o que seja”... (SOUZA, 2022, informação verbal)³².

Tabela 1. Formação das comunidades quilombolas.

Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Cor	Profissão
Entrevistado 01	53	M	Não respondeu	Moreno	Agricultor
Entrevistado 02	52	M	4ª série	Parda	Lavrador
Entrevistado 03	40	F	Não respondeu	Parda	Lavradora
Entrevistado 04	28	M	2º G	Parda	Agricultor
Entrevistado 05	49	F	6ª série	Parda	Lavradora
Entrevistado 06	58	F	Não respondeu	Parda	Trabalhadora
Entrevistado 07	39	M	2º G	Parda	Lavrador
Entrevistado 08	37	M	Superior	Parda	Professor
Entrevistado 09	47	F	Superior	Parda	Professora
Entrevistado 10	36	F	Não respondeu	Morena Clara	Lavradora

³¹ Entrevista cedida por Robério Lopes de Oliveira em 26 de julho de 2022.

³² Entrevista concedida por Osvaldo Bispo de Souza em 22 de julho de 2022.

Entrevistado 11	35/40	F	Não respondeu	Negra	Lavradora
Entrevistado 12	40	M	2º G	Preto	Agricultor
Entrevistado 13	58	M	4ª série	Parda	Agricultor
Entrevistado 14	41	F	4ª serie	Parda	Lavradora
Entrevistado 15	59	F	2º G	Parda	Lavradora

A tabela apresenta na coluna cor um sentido para essa interpretação, observando que a maioria absoluta dos entrevistados se declaram pardos, enquanto nenhum respondeu ser branco, isso possibilita tecer algumas hipóteses sobre a questão. Ao se declararem pardos estariam a meio termo, nem branco nem preto evitando assim carregar apenas a ancestralidade negra; estariam fugindo das mazelas sofridas pela população negra; se distanciam da cor preta pelos estereótipos criados e perpassado pela sociedade; dessa forma, evitam o racismo e o preconceito, ou é uma questão de identidade.

Quanto a essa questão, Barros pontua:

Definir como pardo – categoria que o indivíduo não raro ostentava com certo orgulho para distanciar-se mais da ideia de escravidão associada aos negros – implica reintroduzir mais uma vez na diferença a desigualdade, agora já através de um preconceito que postula para o indivíduo assim classificado um estar meio caminho do branco [...] (BARROS, 2019, p. 92).

Essas hipóteses levantadas anteriormente têm fundamento, seja de forma consciente ou inconsciente, devido a tudo que é divulgado nas mídias e também a vivência, as observações feitas no conviver social, assim buscam na cor parda uma “defesa”, um refúgio. Azevedo, (1955, p. 61), a locução “preto de alma branca” e tão empregada na Bahia, quanto no resto do mundo onde se crê que um preto para ser bom deve ter as qualidades do branco”.

De acordo com Gonçalves: [...] hoje eu soubesse o valor que o branco tem eu tomava sol e sereno pra ficar branco também [...] (GONÇALVES, 2022. Informação verbal), por esse verso observa-se a valorização do branco e o repúdio ao negro, e como na tradição oral se buscava essa aproximação com a cor branca como sinônimo de virtude, de algo bom, superior, portanto, melhor e almejado como um prêmio.

Assim, a aproximação do negro com o branco por meio da mistura de cor traria benefícios aos homens de cor. Também apontam para que a vida das pessoas negras não tenha sido nada fácil no percurso das sociedades. Pode-se deduzir por outro lado em que a certidão de nascimento desses apontam como cor pardo como uma forma de “minimizar” essas agressões sofridas diariamente e distanciar o sujeito da cor preta.

Um outro fator importante a se perceber é como o cristianismo demonizou a cor preta e divinizou a branca, desde o mito de Cam³³ aos hinos cantados nas igrejas, as lideranças religiosas, as vestes, a alusão à luz e à treva, tudo isso faz com que as pessoas de cor busquem se distanciar desse “inconivente” que é sua cor, como diz Gonçalves (2020), “um defeito de cor”, ou ainda mais o negro como sinônimo de escravidão, uma vez que essa diferença de cor criada pelos europeus brancos, com a finalidade de dominação e exploração do outro.

Logo, Nascimento descreve:

Um brasileiro é designado preto, negro, moreno, mulato, crioulo, pardo, mestiço, cabra – ou qualquer outro eufemismo; e o que todo o mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvida, é que se trata de homem-de-cor, isto é, aquele assim chamado descende de africanos escravizados. (2016, p. 48).

Um contraponto nesta tabela são os entrevistados 09 (nove), 10 (dez) e 11 (onze), ambos da mesma comunidade, Erva-Cidreira, que si declararam moreno claro, negro e preto, ou seja, todos deram respostas semelhantes o que leva a compreender uma diferença em termo de compreensão de cor, de reconhecimento. Essa comunidade se difere das demais não pelo fator cor, mas por ser uma comunidade em que os laços familiares consanguíneos ainda permanecem na atualidade como maioria absoluta dos moradores desse local.

Deve-se observar que os moradores dessas comunidades em nenhum momento questionam essa auto definição, mesmo dizendo que não participou desse processo, munidos pelas falas de melhorias para a comunidade. Assim sendo, por conveniência se mantiveram e também buscam se aproveitar de alguma forma dos possíveis benefícios que poderiam alcançar.

Conclui-se aqui, que houve a efetiva participação e interesse do poder público do Município de Cafarnaum, em criar um meio, uma forma de alocar “verbas” para o

³³ E disse: “Maldito seja Canaã; Servos dos servos seja aos seus irmãos”. Gêneses (9, 25).

município utilizando-se do expediente das comunidades quilombolas, e para isso empreendeu a contratação da empresa para que se pudessem concretizar suas ações, deixando às margens os verdadeiros sentidos do quilombo.

2.3 COMUNIDADES QUILOMBOLAS E/OU COMUNIDADE TRADICIONAIS

Conforme o decreto n. 4.887 de vinte de novembro de 2003, que estabelece no seu artigo segundo: O Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Cabe, portanto, refletir sobre esse conceito frente a origem dessas comunidades, primeiro apontando para seu surgimento a cerca de quarenta anos após a abolição da escravidão no Brasil, com agrupamento de famílias, vinda de propriedades próximas e distantes, e que buscavam em comum um local onde pudessem plantar e criar animais e ter melhores condições para o sustento da família, e isso se deu pela oportunidade a partir da queimada.

Sendo assim qual seria a trajetória desse povo? Na realidade ela foi construída nos relacionamentos intrafamiliares, o que não diferem de tantas outras comunidades formadas da mesma forma dentro do município. No tocante a ancestralidade negra, tem-se uma mistura étnica formadora de negros, indígenas e brancos originadas com a colonização.

A auto definição seria um ponto para a afirmação dessas comunidades, como comunidades quilombolas se não tivesse partido de interesses públicos, com a participação irrisória das comunidades, ficando o título fadado à discriminação e a não aceitação dos moradores, por não saberem do processo, nem de suas finalidades, ou de políticas públicas que os beneficiassem.

Portanto aceitam por conveniência, mas não por uma busca a suas ancestralidades, suas raízes entendendo-se como legítimos herdeiros das tradições e costumes do povo negro escravos nessas terras. Há que se questionar: por que não

houve uma solicitação ao INCRA para as titulações das terras? Não havia necessidade ou pode haver conflitos?

Sobre a ressignificação do termo quilombo, Fiabani (2005, p.390), diz:

Contemporaneamente, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram construídos a partir dos movimentos insurrecionais ou rebeldes, mas sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.

A partir desse argumento pode-se definir as bases para as comunidades quilombolas que estão surgindo, no alargamento do conceito como uma forma de abarcar um número maior de comunidades rurais, principalmente, que usando do argumento constitucional e dos desdobramentos do conceito para se auto definirem como comunidades remanescentes de quilombolas. Devendo, contudo, questionar se de forma consciente ou imposta.

Filho (2018), descreve um quadro das comunidades quilombolas com certidão de autoconhecimento no Estado da Bahia, pela FCP. Em 2006 na microrregião de Irecê fora listado seis municípios com comunidades tituladas, Canarana, Gentio do Ouro, João Dourado, Souto Soares, Uibaí e Xique-Xique.

Em 2011 chama a atenção a quantidade de comunidades tituladas nessa região João Dourado, com 12 (doze) comunidades tituladas, Lapão, com 09 (nove), São Gabriel, com 04 (quatro), Canarana, com 09 (nove), Ibitita, com 05(cinco) e Presidente Dutra, com 01 (uma). O despacho geralmente ocorre na mesma data. Dessas informações percebe-se uma mobilização regional para a auto definição das comunidades como comunidades tradicionais remanescentes de quilombo tendo em vista o decr. n. 4.887 de 20 de novembro de 2003.

O que levaria uma tomada de consciência, por parte da população rural dessa região, em compreender suas heranças advindo do período escravocrata e se reconhecerem como legítimos dessas ancestralidades e buscarem a partir desse pressuposto e dos ditames legais, as políticas públicas, estabelecidos em leis.

O decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 em seu artigo 3º (terceiro) define comunidades tradicionais como sendo: I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais

como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

Ao definir o conceito de tradição, Silva, (2006, p. 405) afirma que “é um conjunto de prática e valores enraizado nos costumes de uma sociedade”, costumes esses que fazem parte do passado e do presente, mas que se modificam à medida em que há “choques” entre culturas, com os avanços tecnológicos, com as novas descobertas científicas e as invenções socioculturais.

Ao diferenciar costumes de tradição, Hobsbawm e Ranger, (1997, p. 10) dizem que: “costumes é o que fazem os juízes”, ou seja, julgam os casos de acordo com a legislação vigente e “tradição é a peruca, a toga e outros acessórios e rituais formais que cercam a substância, que é a ação do magistrado”, dessa forma percebe-se que costumes e tradição estão ligados e que as mudanças na forma de agir modificam as tradições.

Para Hobsbawm e Ranger (1997, p.119) “os colonizadores basearam-se nas tradições europeias inventadas, tanto para definir quanto para justificar sua posição, e também para fornecer modelos de subserviência nos quais foi às vezes possível incluir os africanos”. Pode-se estender também para as Américas, tendo em vista que práticas usando nas tradições inventadas na Europa, fez ou fazem parte do cotidiano das comunidades brasileiras, e aqui modificadas com outras tradições como as indígenas e as africanas.

A imagem apresentada abaixo, mostra a tradição da festa de reis e da “lapinha” que homenageiam o nascimento de Cristo, visitando as casas dos vizinhos com cantos e rezas, são invenções europeias que chegaram nas Américas sofrendo modificações ao longo do tempo, e recriando uma tradição, nesse caso religiosa, que difundiu de alguma forma o cristianismo católico.

Fato que mostra a tradição ligada com a religiosidade, a cultura local, hábitos, costumes, que norteiam o comportamento das sociedades e são passados de geração a geração, mesmo com as mudanças ocorrida ao longo do tempo, permanece os ritos da ancestralidade, como forma de preservar a cultura, o pertencimento e demarcar a identidade cultural do grupo, identidades construídas nas relações entre as culturas que aqui se entrelaçaram.

A imagem é representativa, uma vez que traz os elementos da cultura dita popular entrelaçada com um catolicismo messiânico interiorizado, que tem como foca

a tradição passada de pai para filho. Essa tradição não está centrada somente no sagrado (Deus), mas nos modos de preparar os instrumentos, nos arranjos dos presépios, na comunicação e cânticos não sagrados. Pode-se dizer que nessas tradições há o enlace do profano e do sagrado.

Figura 3- imagem de lapinha



Foto do casal Eudite Marçal e Joaquim Gonçalves e sua filha

As tradições dessas comunidades são comuns a tantas outras dentro dessa microrregião, contudo são diferentes de outras, e é isso que a define como região, o sentido de pertencimento, por laços sanguíneos, apadrinhamento, vizinhos, modo de produzir, de se comportar, do uso dos recursos naturais.

Nessa alteridade que se constroem, observando sua historicidade, percebe-se que tradição aqui também é em outros locais, nesse sentido longe de uma exclusividade tradicional, fechada e única, mas é nesse embate, nesse choque de alteridade que se formaram as comunidades.

Na imagem que segue abaixo, é exposto uma família, base nuclear dessa comunidade, que tem dona Amália ao centro, e que cultuava Cosme e Damião, fazendo a mesa para os “inocentes” e essa tradição fora passada aos filhos e netos, numa evidente manifestação da cultura religiosa que se modifica ao longo dos tempos, mas que ficam suas permanências em respeito ao que representou os mais velhos, como também o que representa as divindades.

Figura 3 (três), dona Amália, parteira, com netos, bisnetos e tataranetos



Fonte jornal da Telebahia, foto dona Amália, (parteira) com alguns de seus netos, bisnetos e tataranetos, 2000.

Nas palavras de Little (2002, p.2), “a imensa diversidade sociocultural do Brasil é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária”. As multiplicidades de relações territoriais, no Brasil, historicamente construíram relações de uso comum dos recursos naturais, em que se destacam as comunidades remanescentes de quilombos, as sociedades indígenas, as caiçaras, babaçueiros, pescadores artesanais, seringueiros e castanheiros, sertanejos, entre tantas outras formas de organização sociocultural.

Comunidades indígenas, tradicionais por natureza e/ou pré-colombiana, e as comunidades quilombolas, tituladas a partir da Constituição Federal de 1988, já são comunidades tradicionais legais, enquanto as demais comunidades rurais, como fundo de pastos, sertanejos, ribeirinhos, caiçaras entre outras, com tradições e costumes próprios, buscaram seu reconhecimento legal a partir do decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

Ao caracterizar o alto sertão da Bahia, Neves (2008, p. 28), aponta: “significa o recôndito interior, longe, afastado, distante, semiárido rústicas e típicas das depressões colinosas, de todos os ambientes sertanejos”, portanto as tradições nesses espaços inventadas ou reinventadas que caracterizam a vida social e cultural dos habitantes dessa região de forma peculiar, mas não única, forjada na mistura e no encontro, com laços africanos, indígenas e colonizadores, também geraram o que chamamos de sertanejos.

Essas características são requeridas pelos moradores dessa região, o que mostra terem uma identidade em comum como sinônimo de pertencimento, uma vez que essa pertença a esse espaço estão no imaginário popular e são repassados como algo enaltecido do passado dos seus ancestrais e por isso devem se perpetuar e orientar os costumes e tradições da população que ocupa esse lugar.

Por outro lado, devemos rechaçar a ideia de sertão como lugar de seca, de miséria, onde o Estado não alcança, lugar do banditismo, hostil, como está postulado na literatura. Essa narrativa não condiz com o lugar de produção em todas suas vertentes que é o sertão com todos os seus embates, consenso, construções e desconstrução que ocorrera em outro porte deste país.

Essas comunidades podem ser definidas ou estão na classe das que se definem como comunidades sertanejas, tendo em vista que está localizada no sertão da Bahia, com suas características de vida social, cultural e econômica semelhantes às demais comunidades desse gênero, além do processo de formação, pautado na posse da terra, criação de animais, e plantio de gêneros alimentícios tanto para o sustento familiar, como para a venda do excedente, e a partir deste local se reconhecem como sendo sertanejos.

Diegues (2000 p. 21 e 22) elaborou uma lista com as características das comunidades tradicionais da seguinte forma:

Pela dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais com os quais se constrói um modo de vida; pelo

conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração; pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; pela moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa ser mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado; pela reduzida acumulação de capital; pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco e compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas; pela tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente; há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final; pelo fraco poder político, que em geral reside nos grupos de poder dos centros urbanos; e pela auto-identificação ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta. (p.21-22).

Essas características, estão presentes nessas comunidades, de Queimada de Tiano, Erva-Cidreira e Lagoa do Gado, em maior ou menor grau, levando-se em consideração a sua trajetória de origem ao período da pesquisa, os enlances familiares, o domínio da terra, os conhecimentos passados na oralidade, o reconhecimento da territorialidade, o sentimento de pertença, o plantio para a subsistência são algumas das características presentes e que demarcam suas diferenças em relação à outras comunidades.

Essas identidades que caracterizam as comunidades, e que são frutos de construção e imaginações, como bem registra Andersen (2008), formam e (re)formam o imaginário, criando o que se chama de tradição e que se repassa ao longo do tempo formando um laço de união presente passado a ser seguido, respeitado mesmo com as modernidades que vão surgindo ao longo dos tempos.

2.4. ANÁLISE DO PROCESSO DE AUTO DEFINIÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE QUEIMADA DE TIANO, ERVA-CIDREIRA E LAGOA DO GADO

O processo de identificação e certificação das comunidades de Queimada do Tiano, Erva Cidreira e Lagoa do Gado, que se autodefiniram como remanescente dos quilombos, pelo processo n. 01420.00489/2015-68, iniciado em 24 de abril de 2015, frente a FCP. e finalizado em 03 de março de 2016, com a expedição do título de certificação de comunidades remanescentes de quilombo.

De acordo com o processo a solicitação fora feita pelos membros das Comunidades de Queimada do Tiano, Erva Cidreira e Lagoa do Gado, assinada por seu representante, o “Presidente” da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Queimada do Tiano, o senhor Robério José de Oliveira.

Importante compreender que uma das diretrizes para solicitar a titulação é ter uma associação ativa na comunidade requeredora. A associação estava desativada desde 2011, o secretário de Agricultura do Município de Cafarnaum, assinou o requerimento como presidente da associação local.

O caminho a ser seguido nessa situação deve ser, reativar a associação; elegendo uma mesa diretora; reunir a comunidade para se discutir o assunto de criação das comunidades quilombolas; compreendendo sua ancestralidade, sua formação identitária, com propósito de resgatar a cultura. Souza, (2012, p. 81), citando Hobsbawm, diz: “somente quando a tradição se reinventa ela pode perdurar e a memória tem um papel fundamental nesse processo de reafirmação identitária”.

Souza (2012, p.79) pontua: “saberes, costumes e a cosmovisão integram os laços identitários e reafirma a experiência de um grupo social”. Nesse sentido o sentimento de pertença, de família, traz um sentido de resistência e luta pela existência tanto como ser, como grupo que se reconhece como diferente, mas que busca seus direitos de ser e estar no mundo de forma igualitária, conforme a legislação brasileira garante aos vistos como minorias (BRASIL 1988).

Pensar em comunidades quilombolas é acima de tudo pensar em como a resistência continua presente na busca por uma sociedade mais justa e digna à população de cor, é pensar que as lutas em defesa da cultura, do humanismo, dos direitos renegados continuam. Essa forma de aceite ou de auto definição também é um meio de resistência.

A população negra não precisa de esmola, de migalhas, de um grupo dominante que os governem, o que buscam sobretudo é o reconhecimento como humanos, como capazes de se desenvolver dentro de seu modo de vida ancestral e que é capaz de produzir mudanças culturais, econômicas, sociais dentro do conceito que tem sobre identidade e sustentabilidade.

Sobre o conceito de identidade, Hall (2000) desenvolve um conceito sobre identidade da seguinte forma:

[...] Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplemente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2000, p.108).

Mesmo com as entrevistas e as reuniões ocorridas na comunidade, o que não fora bem explicada, haja vista que as pessoas das comunidades não sabem quem “trouxe” os quilombolas, não sabe se participaram do processo, não sabem o que é um quilombo, qual a sua finalidade, o que são as políticas públicas, o processo necessitaria de um debate, de um estudo mais aprofundado nos termos da legislação, a fim de que as pessoas se reconhecesse herdeiros de uma tradição, de uma ancestralidade, e da continuidade da luta pelos direitos do povo negro.

Em que ponto um conceito aplicado muda a forma de pensar e agir de uma comunidade. Nesse ponto teoria e prática se distanciam, pois, o conceito de comunidade quilombola no decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003, aplicado nessas comunidades, visto de fora para dentro, não provocou mudanças nas práticas sociais, na ação consciente do grupo, nem tão pouco nas políticas públicas, que poderiam adquirir como forma de reparação.

Ao analisar a tabela abaixo elaborada a partir das respostas dos questionários sobre participação e formação das comunidades quilombolas, tem-se uma amostragem evidente da participação da população no processo de certificação e auto declaração. Na tabela o nome dos participantes será substituído por um número de ordem de um a quinze, e listarei seus respectivos nomes³⁴ constará em notas de rodapé.

³⁴ Lista dos entrevistados por questionários: 01 José Carlos Gracindo da Silva, 02 Edimário Martins pereira, 03 Cristina Rosa Gois, 04 Charles Pereira de Souza, 05 Ângela M^a S Silva, 06 Vanezita Ferreira Gois de Souza, 07 Sidney Gracindo da Silva, 08 Amauri Alves Cedro, 09 Raquel M^a de Carvalho

As perguntas retiradas do questionário respondidas pelas participantes foram as seguintes: 3.0 Você participou do processo de reconhecimento certificação dessa comunidade? Como? palestra, reunião, entrevista. Sim ou não? e se não, por quê? 3.1 Houve ajuda de pessoas de fora da comunidade nesse processo de certificação da comunidade quilombolas de Queimada de Tiano, Erva-Cidreira e Lagoa do Gado? Sim, ou não? Quem? 3.2 Você sabe como ocorreu esse processo de certificação? 3.3 Quais as causas que levaram as pessoas a se auto definirem remanescentes de quilombolas? e 3.4 Foram apontadas melhorias para a comunidade com a auto declaração quilombola? Sim ou não? Quais?

A partir dessas questões foram analisados e apontados de maneira clara as evidências que mostram o grau de participação no processo de formação das comunidades quilombolas de Queimada de Tiano, Erva-Cidreira e Lagoa do Gado.

Tabela 2. A participação no processo de formação das comunidades quilombolas

Nome	Questão 3.0	Questão 3.1	Questão 3.2	Questão 3.3	Questão 3.4
Entrevistado 01	Não. Porque eu não estava na comunidade no momento	Sim. Só que eu não me lembro mais quem foi	Não respondeu	Eu penso que é pela cor de cada pessoa que se diz negro	Não.
Entrevistado 02	Não.eu nunca participei de nenhuma reunião falando sobre esse assunto	Não eu não tenho essa informação	Não respondeu	Não	Sim. Sim porque nos quilombolas tivemos uns beneficiou que ajudou muito a gente.
Entrevistado 03	Reunião	Sim	Não respondeu	Por causa da pobreza	Sim
Entrevistado 04	Palestra	Sim. Acredito que o secretário de assistência social do município	Acredito que um processo de várias etapas visitas de órgão governamentais para assim terem esse reconhecimento	As vantagens oferecidas, como educação apoio sociais acredito que esse número não é maior por conta do preconceito que existe	Maior apoio no combate a fome, com distribuição de muitas cestas básicas na comunidade

Riemma, 10 Maria Aparecida da Silva, 11 Marilene e Rosimeire Bento da Silva, 12 José Carlos Bento de Oliveira, 13 José Carlos Bispo de Souza, 14 Ana Cristina Rosa da Silva, e 15 Neuildes Gonçalves de Carvalho.

Entrevistado 05	Sim, outros	Sim	Não respondeu	Raça e pobreza	Sim, cestas, contas mais baratas entre outras.
Entrevistado 06	Palestra, reunião	Sim,	Não	Com as vindas de cestas básicas e etc.	Sim. Melhorias para pessoas que não tinha muitas condições. Pois com as doações de cestas teve muitas melhorias na comunidade
Entrevistado 07	Não. Não sei o que aconteceu neste dia porem sei que houve uma reunião no povoado, mas não estive presente.	Não. Não sei pois não participei, mas sie que veio pessoas de outros lugares reunir com a comunidade	Não	Talvez pelo fato seus antepassados ligados aos remanescentes de quilombolas	Não sei pois não participei desta certificação.
Entrevistado 08	Não. Não fui convidado e por não gostar do tema.	Não sei se houve ou não	Não	Os recursos oferecidos	Não.
Entrevistado 09	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
Entrevistado 10	Não respondeu	Não	Pela reunião	Versão de escravo	Sim, cesta básica
Entrevistadas11	Sim	Não	Pela reunião	Versão do escravo	Sim, cesta básica
Entrevistado 12	Não respondeu	Sim	Não respondeu	Pessoas de origem negra são remanescentes de quilombolas	Sim, só das pessoas receberem cestas básicas já e melhoria
Entrevistado 13	Sim, palestra	Sim, assistência social	Através da secretaria de agricultura	Por ser uma comunidade onde tem muitos negros	Sim, desconte nas tarifas, cestas básicas, vários benefícios para a comunidade
Entrevistado 14	Sim, Reunião	Sim, houve ajuda da associação	Não	A causa foi a falta de condições e humildade dos povos da comunidade	Foi distribuída cesta e também tivemos descontos nas contas de energia

Entrevistado 15	Sim, reunião	Sim, através do presidente da associação	Ainda não	A necessidade da comunidade	Sim, sobre as condições das pessoas que morava em casa de taipa, e falta de conhecimento
-----------------	--------------	--	-----------	-----------------------------	--

Esses resultados mostram o que já fora posto em outro momento desse trabalho, reafirmando a dificuldade de reunir com a comunidade, a pouca participação na reunião de auto declaração. Dessa forma, é importante perceber que o público dessa entrevista foi diversificado ao observar o grau de escolaridade, a profissão, o sexo e a idade. Mesmo os que respondeu que participou de alguma forma cabe questionar como fora essa participação no sentido de se reconhecer e discutir sobre os movimentos culturais, sociais e políticos presentes na comunidade.

Há uma coerência entre as respostas 3.0 e 3.1, pois os entrevistados que estavam presentes ou disseram ter participado confirmam a presença de pessoas de fora da comunidade no processo, contudo não sabem responder quem. Ao que se deve esse esquecimento? Seria conveniência ou mesmo falta de interesse pela questão discutida?

Ao responderem sobre as causas chama atenção alguns pontos, a cor, a pobreza e as ofertas ou benefícios que essa população teria acesso. Também nos deixa perceber que não fora explicado de forma clara o que é um quilombo, e, os porquês estavam sendo reconhecidos ou autodefinidos como quilombolas.

3 O QUILOMBOLA NA SOCIEDADE ATUAL

Nessa seção, será feita uma reflexão sobre as ações envolvendo o negro na sociedade atual, o lugar de fala, suas conquistas, suas lutas, espaços ocupados e desocupados, além de discutir a visão discriminatória do branco sobre o negro, observando como esse negro é usado no jogo social para se manter como subalterno no mundo do branco.

Para essa discussão serão acionados discursos de teóricos como: Albuquerque (2009), Almeida (2019), Barros (2014), Botelho; Schwarcz (2012), Carvalho (2021), Fernandes (2017), Gomes (2015), Gomes e Domingues, (2014), Hobsbawm (1997), Nascimento (2016) Reis e Silva (1989), Ribeiro (2019), Santos (1980), além de outros, que contribuam com a discussão proposta para essa sessão.

Partindo da concepção estabelecida pelo decreto n. 4.887 de vinte de novembro de 2003, que torna remanescente de quilombo todas as comunidades que se auto definem, busca-se a partir daqui, discutir os caminhos de lutas que o povo negro buscou no pós-abolição, no intuito de melhores condições de vida em liberdade, liberdade essa medida pela mão branca, uma vez que o negro esteve sempre para o branco como o escravo, o trabalhador, o empregado, o afilhado, ou seja, o subalterno.

Ao observar o art. 5º (quinto) da (CF 1988), se faz necessário questionar e compreender de que forma os direitos constitucionais legados ao povo negro tem-se dado dentro do embate social. “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. (BRASIL, 1988, p. 4)

O trecho destacado da Carta Magna de 1988, mostra uma construção de uma cidadania plena para o povo brasileiro, contudo na prática social a população de cor tem sofrido e vivido às margens da sociedade.

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; XXX - é garantido o direito de herança; XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; (BRASIL, 1988, p.4)

Ao observar o Caput do art. 5º da CF de 1988 e os Incisos destacados se contrapõem aos dados produzidos na sociedade, revelando o quão distante pretos e brancos estão quando se analisa a ocupação no Brasil no ano 2020.

Tabela 3- ocupação por nível de instrução do povo negro em relação ao branco.

Tabela 1.14 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por nível de instrução, com indicação do coeficiente de variação, segundo Grandes Regiões, sexo e cor ou raça - Brasil - 2020										
Grandes Regiões, sexo e cor ou raça	Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência									
	Total		Distribuição percentual por nível de instrução (%)							
			Sem instrução ou fundamental incompleto		Ensino fundamental completo ou médio incompleto		Ensino médio completo ou superior incompleto		Ensino superior completo	
	Absoluto	CV (%)	Percentual	CV (%)	Percentual	CV (%)	Percentual	CV (%)	Percentual	CV (%)
Brasil	86 673	0,3	21,6	0,9	13,8	1,0	42,1	0,6	22,6	1,3
Norte	7 084	1,0	28,3	2,3	14,7	3,0	40,3	1,7	16,7	3,3
Nordeste	19 013	0,7	28,2	1,5	13,1	2,2	40,3	1,1	18,5	3,1
Sudeste	39 050	0,5	17,7	1,8	12,9	2,0	44,1	1,0	25,2	2,2
Sul	14 228	0,7	19,9	2,1	16,0	2,0	41,1	1,1	22,9	2,3
Centro-Oeste	7 299	0,8	21,7	2,5	14,8	2,6	39,4	1,6	24,0	3,1
Homens										
Brasil	50 492	0,3	25,8	1,0	15,5	1,2	41,2	0,7	17,6	1,7
Norte	4 348	1,0	34,9	2,4	16,4	3,3	37,8	2,1	10,9	4,8
Nordeste	11 284	0,8	34,3	1,5	14,9	2,7	37,6	1,5	13,2	4,2
Sudeste	22 423	0,6	20,6	2,0	14,5	2,5	44,2	1,1	20,6	2,7
Sul	8 136	0,8	23,0	2,2	17,5	2,3	41,1	1,3	18,3	3,0
Centro-Oeste	4 301	0,9	26,5	2,5	16,9	2,9	38,2	1,9	18,4	3,9
Mulheres										
Brasil	36 181	0,4	15,7	1,3	11,4	1,5	43,4	0,8	29,5	1,2
Norte	2 736	1,5	17,9	3,6	12,0	5,0	44,2	2,1	25,8	3,2
Nordeste	7 729	1,1	19,2	2,5	10,5	3,5	44,2	1,5	26,1	2,8
Sudeste	16 627	0,8	13,8	2,6	10,7	2,8	44,1	1,3	31,4	2,1
Sul	6 092	1,0	15,9	2,8	13,9	3,0	41,1	1,4	29,1	2,3
Centro-Oeste	2 998	1,2	14,9	4,4	11,9	4,4	41,1	2,0	32,1	3,0
Branca										
Brasil	39 493	0,8	16,0	1,6	12,0	1,7	40,8	0,9	31,2	1,4
Norte	1 306	3,1	21,3	5,2	12,7	6,9	39,4	3,0	26,6	4,5
Nordeste	4 668	2,0	21,1	3,1	11,4	4,3	39,2	2,3	28,3	3,8
Sudeste	19 967	1,3	13,2	3,1	10,4	3,1	41,6	1,5	34,7	2,2
Sul	10 869	1,0	17,9	2,2	14,8	2,3	41,0	1,3	26,2	2,3
Centro-Oeste	2 683	2,1	17,2	4,2	12,3	4,4	37,4	2,5	33,1	3,5

Preta ou parda										
Brasil	46 344	0,6	26,5	1,0	15,4	1,4	43,2	0,7	14,9	1,6
Norte	5 690	1,0	29,9	2,3	15,1	3,1	40,4	1,8	14,6	3,4
Nordeste	14 211	0,9	30,5	1,5	13,6	2,3	40,6	1,1	15,3	3,2
Sudeste	18 646	1,3	22,8	1,9	15,7	2,5	47,0	1,2	14,5	2,8
Sul	3 257	2,3	26,8	3,2	19,9	3,7	41,7	2,4	11,5	5,5
Centro-Oeste	4 541	1,3	24,3	2,6	16,5	3,2	40,6	1,8	18,6	3,9

Fonte (IBGE, 2020)

A tabela mostra que o percentual de trabalhadores sem instrução ou com Ensino Fundamental incompleto de brancos no Brasil corresponde a 16,0%, enquanto o percentual para negros ou pardos é de 26,5%. Fica nitidamente apresentada a desigualdade no Brasil e que os negros, por terem percorrido um menor percurso nos estudos, estão sujeitos às profissões de alto risco de periculosidade, com salários baixos, mantendo sua condição colonial de subalterno.

Desse modo, para Barros, (2014, p.51), a desigualdade é fruto da diferença entre negros e brancos gerada pela escravidão e que perpetua na sociedade pós-colonial. “A cor, na realidade brasileira pós-colonial, passou então a constituir uma diferença que habita o plano da essencialidade social e política”.

O que a Constituição Federal de 1988 repulsa, socialmente essas condutas são vivas nas instituições governamentais e particulares, de forma que a condição de igualdade para todos, conforme a lei, se torna difícil de alcançar principalmente pelo povo negro, que já traz do período escravagista a condição de “diferenciados”.

Outro ponto que mostra a desigualdade está entre as regiões nordeste e sudeste, enquanto a diferença entre brancos em termo de ocupação de acordo com o grau de escolaridade é de 21,1 e 13,2 entre as regiões, entre pretos a diferença é 30,5 para 22,8, esses dados no permite observar que existem diferenças entre as regiões do país. Essa desigualdade está relacionada ao grau de instrução da população, no sentido de que a população da região sudeste tem nível de alfabetização superior ao da região nordeste.

Pode-se apontar que entre as pessoas com nível superior no Brasil a taxa de ocupados para brancos é de 31,2% enquanto entre os pretos e pardos, a taxa é de 14,9%. Esses últimos dados mostram a disparidade entre negros e brancos no Brasil, deixando clara a necessidade de políticas pública que deem condições para que os negros consigam a equidade perante os brancos.

A partir desses e de outros dados observados, que serão analisados posteriormente, abordados e discutidos como a população negra e quilombola tem buscado se inserir no mundo dos brancos, numa disputa por espaço controlado por colonizadores que seguem práticas de dominação nos espaços de trabalho e na vida social como um todo, na política, cultura, educação, saúde, moradia e uso dos demais órgãos públicos e privados.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO AÇÃO AFIRMATIVA

Esse tema tem relevância significativa neste trabalho, contudo não é possível tratar aqui com toda a profundidade que o tema merece, tendo em vista os vieses, as teias e relações que torna o tema abrangente e merecedor de uma discussão ampla e aprofundada, dessa forma pretende-se abordar como as ações afirmativas tem melhorado a vida das pessoas, através das políticas públicas e de que forma os quilombolas têm se beneficiados ou mesmo tentam se beneficiar com as políticas públicas do Estado brasileiro.

Políticas Públicas de acordo com a Cartilha Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2020, p.7) podem ser definidas como “Ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público”. [...] “São decisões governamentais que envolvem questões coletivas de grande abrangência, dirigidas à sociedade de forma geral ou a públicos específicos”.

Dessa forma, analisando a formação social do Brasil tendo como princípio uma sociedade baseada na desigualdade e intensificada com as discussões ideológica de raça do século XIX, que proporcionou uma desigualdade sem precedentes na sociedade brasileira chegando aos nossos dias, justificando a necessidade de política públicas, que melhorem a situação de penúria dos negros e pobres injustiçados.

Política Pública é o programa de ação governamental que resulta de um conjunto de processos juridicamente regulado- processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo, processo judicial- visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a relação de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Bucci (2006. p. 39).

Partindo dessa premissa de conceito de Políticas Públicas, deve haver um conjunto integrado de ações do governo em prol de uma população que, na grande maioria das vezes vivem nas periferias sociais ou são frutos de processos de abandonos, degradação, ou processos de exclusão ao longo de gerações, como a população negra, o Fraser; Honneth (2003), chama de redistribuição por bens econômicos.

As políticas públicas não são criação do Estado brasileiro, surgem com a finalidade de integrar o negro à sociedade, com direitos e busca de igualdade. Com efeito, nos Estados Unidos por volta da década de 1930, as perspectivas liberais ganham reforços com os movimentos de Martin Luther King, ampliando a discussão, chamando atenção para a necessidade de igualdade entre negros e brancos.

No Brasil esse processo tem idas e vindas no pós-abolição. Começa a dar seus primeiros passos na Era Vargas, com as leis trabalhistas, mas também tem o movimento negro sufocado pelas políticas do Estado. “O governo Vargas prometeu abordar as principais mazelas sociais por meio de reforma como as leis trabalhistas”, (GOMES e DOMINGUES, 2014, p. 358).

Essa indicação dada pelo governo levou a população negra a vislumbrar melhores condições e uma mudança social que poderia ocorrer com as políticas no Governo Vargas. “No debate sobre a inclusão de vários setores sociais, a população negra e suas lideranças perceberam aquele momento como importante para politizar a questão racial”, (GOMES, 2005, p. 56).

A Frente Negra, o PCB e outras organizações ligadas ao movimento negro se empenharam em lutar pelo povo negro que ao longo do tempo vem ganhando espaço, efetivando-se com políticas públicas em favor dos negros brasileiros. O art. 68 da Constituição Federal e principalmente o decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003 é prova da evolução e das buscas por melhorias sociais e estruturais que coloque o negro em busca da emancipação frente ao povo branco e a classe dominante desse país.

A partir da CF 1988, foram colocadas cláusulas, que beneficiaram a população carente do país, conforme descrito no art. 6º que relata: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (C.F 1988).

Desta forma, já se pensa no sujeito como um todo e que o Estado Brasileiro precisa construir e implantar políticas públicas a fim de que todos tenham garantidos os mesmos direitos e deveres, mas para isso, é necessário que haja uma equidade nas ações, uma vez que os povos negros, os indígenas e os brancos pobres, estão na mazela da sociedade e por si só não conseguem deixar esse extrato social de pobreza a qual se encontram.

O Programa Brasil Quilombola, lançado em 12 de março de 2004, estabelece as políticas públicas com finalidade de diminuir a desigualdade social e com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas, avançou na discussão e em estabelecer direitos a este público.

Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola Decreto 6261/2007, dividida em eixos, estabelecendo ações a serem executadas pelo Estado a fim de promover a dignidade humana. Eixo 1 (um), Acesso À Terra; eixo 2 (dois), Infraestrutura e Qualidade de Vida; eixo 3 (três), Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e eixo 4 (quatro), Direito e Cidadania.

Dentro dos eixos temáticos, estão colocadas as ações governamentais que podem ser acessadas pelos quilombolas como: obras de saneamento básico; programa água para todos; habitação rural; programa luz para todos; tarifa social; PAA; Programa Brasil Local – Economia Solidária; Construção de Escola Quilombola – Escolas do Campo; Procampo - Saberes da Terra; Educação Quilombola; PNAE; PBF; PSF, dentre outro.

Nesse programa há um entrelaçamento de ações que objetivam proporcionar a melhoria de vida das comunidades quilombolas, o PBF, por exemplo, para “famílias dentro da linha de pobreza, (ter renda per capita entre 70,01 a R\$140,00) ou extrema pobreza (com renda familiar per capita de até R\$ 70,00)” (BRASIL, 2013, p. 52), contudo para continuar a receber o benefício é necessário está com a carteira de vacinação atualizada, e ter frequência escolar igual ou superior a 75%. Essas ações, tentam promover desdobramento positivo e integral do sujeito.

Esses programas sociais, já têm mostrado resultados importantes em prol da população negra, como o aumento considerados da população negra com acesso a Universidades, o que reflete na participação ou introdução em carreiras antes predominantemente brancas, como Medicina e o Direito, mas para além dessas carreiras, torna o negro como sujeitos, um agente pensantes e atuantes em busca de

uma igualdade no uso dos órgãos do Estado que promovem o bem-estar social de toda a população.

A Lei de terras de 1851, que elaborou os princípios para a aquisição de terras no Brasil, dificultou o acesso as pessoas pobres e comunidades, que viviam em cultivo coletivo, assim, nesse processo de democratização e uso da terra o INCRA, órgão responsável pela demarcação das terras quilombadas, tem papel preponderante nesse tema, contudo muitos entraves ocorrem para que o processo de reforma agrária não aconteça.

Uns desses motivos são, grandes proprietários, que tem interesse na mão de obra dessa população, a burocracia também tem emperrado a distribuição de terras, a falta de conhecimento e o preço das tarifas e taxas também contribuem para que as pessoas quilombadas, ribeirinhos, fundos de pastos e outras situações semelhantes permaneçam sem acesso à terra e trabalhando de diaristas para os grandes proprietários, donos das riquezas e das terras, que são cultivadas pelos pobres.

3.2 O QUE SIGNIFICA SER QUILOMBOLA PARA OS MORADORES DAS COMUNIDADES DE QUEIMADA DE TIANO, ERVA-CIDREIRA E LAGOA DO GADO

Andersen (2008), descreve como as comunidades são “criadas” ou imaginadas, a partir de elementos já existente e são rememorados com os seus signos para dar um sentido de pertencimento real, aceitável e que delineia a vida de uma população tornando presente e passado unidos pelas simbologias que narra e confere poderes, direitos, autoridade, legitimidade ao processo de continuidade das comunidades. Os signos são como linguagem universal, que aquele que dominam, mesmo não falando a mesma língua, consegue se comunicar,

Se um maguindanauense encontrasse um berbere em Meca, um desconhecido o idioma do outro, incapazes de se comunicar oralmente, mesmo assim entenderiam os seus caracteres, porque os textos sacros adotados por ambos existem apenas em árabe clássico. (ANDERSEN, 2008, p. 40).

Logo, é possível compreender que as sociedades criadas e imaginadas têm sempre um proposito a cumprir, visando uma dicotomia entre comandante e

comandado, com o intuito de manter o *status quo*, ou seja, por mais que a sociedade em seus aspectos sociais, culturais, políticos econômicos e religioso possa mudar, quem esteve no comando permanecerá.

As tradições inventadas importadas da Europa, ao mesmo tempo que forneceram aos brancos modelos de comando, deram também a muitos africanos modelos de comportamento modernos”. Hobsbawm, (1997, p. 220).

Essas comunidades a qual o título subscreve, pautada em suas culturas, que se transforma, ou começa a construir outros pensamentos, outras ideologias, ou buscar uma identidade que não fazia parte do cotidiano, pautada em leis e documentos, deve-se interrogar a maneira como constrói uma narrativa para mostrar e fazer com que as pessoas aceitem uma identidade inexistente.

Ao observar a fala do entrevistado podemos abordar várias questões e confirmar a construção de uma nova identidade ainda desconhecida. “É bom é o que eu penso, num sei, só que eu penso isso, porque quem não é do quelombola não quer ser nego então nois somos nego.... eu tô falando logo que é nego é o quelombola faz parte com índio então”. (SOUZA, 2022, informação verbal).

Quando se questiona ao entrevistado o que é um quilombo, percebe-se a falta de conhecimento sobre o tema, não de forma geral, mas esse não consegue responder com clareza, o que sugere uma identidade em construção. Um outro posicionamento é a comparação do negro ao indígena, de forma inconsciente traz um tom pejorativo de selvagem, bicho do mato, a falta de humanismo está presente na fala, isso reflete uma construção anterior, colonizadora que reverbera no pensamento das pessoas na atualidade.

Na fala do entrevistado a referência ao quilombo está na cor da pele, mas também para os demais entrevistados esse aspecto é fundamental para se caracterizar o quilombo, contudo a grande maioria se posiciona como pardo, como uma forma de fugir do aspecto da cor negra, o que lhes custa muito caro pela construção social de negatividade que o povo de cor sofre ao longo dos tempos no Estado brasileiro.

A identidade quilombola, nessas comunidades, não serão reconhecidas de imediato. Só ao longo do tempo e com o cultivo dessa nova ideologia, com os embates que ocorrem dentro desse espaço, é que pode surgir uma identidade nova, de povo que sofreu com as práticas escravista, prática essas, que dificulta o reconhecimento e a busca por antepassados fruto do sistema colonialista.

Ser quilombola para essa população antes de tudo é ser negro, e aqui não se entende negro como sinônimo de luta política, e sim como cor. Os aspectos culturais, sociais, religiosos e políticos ainda não fazem parte desta concepção enquanto uma política de luta por acesso aos serviços públicos direcionando a população como um todo.

Ser quilombola aqui significa receber recursos governamentais, como por exemplo cestas básicas, uma “esmola” diante daquilo que o governo pode fazer para melhor suprir as necessidades dessa população, reparando as atrocidades sofridas pelo povo negro ao longo de séculos de escravização e trabalhos subalternos, além da negação de ser cidadãos que pudessem gozar seus direitos sociais dentro de uma sociedade livre.

Esse espaço, objeto de estudo, caracteriza-se pela manifestação de relações de poder, onde percebe-se os fatores políticos e econômicos, sobrepondo ao espaço cultural, religioso e simbólico. Contudo esse espaço socialmente construído e reconstruindo ao longo dos tempos está intimamente ligado à forma das pessoas pensarem e agirem socialmente.

Nos embates entre outras comunidades e aspirações das pessoas residentes e com as legislações aprovadas pelo Congresso Nacional ao longo do tempo beneficiando as populações majoritariamente “minoritária” e subalterna, fruto de ações do Estado desde o início da colonização e que chega aos dias atuais.

O escravizado africano no Brasil, desterritorializado, necessita construir um novo território como forma de resistência, de construção e reconstrução de uma nova forma de vida. Território esse, construído pela miscigenação cultural, uma vez que escravizados de várias etnias estavam juntos na formação desse novo espaço social, político e cultural tendo a resistência como a mola propulsora para uma autonomia significativa do desterritorializado.

Gomes, 2006 utilizou a expressão “campo negro” definindo e caracterizando as comunidades quilombolas no Brasil, em seu discurso fez uma comparação entre o sujeito e a terra, tanto social, cultural, econômica e religiosa. Compreende-se, portanto, que o que difere os quilombos para além de fuga e resistência, é a territorialidade, o quilombo é um lugar de autonomia do povo negro, o que não havia nas senzalas sobre dominação dos colonizadores brancos.

O quilombo é também o lugar onde seus membros fincam suas raízes e as mantém de forma a resistir às atrocidades sociais as quais são submetidos. A relação

com o território, as formas de organização social e econômica, os modos de vida, além do recorte étnico, são elementos distintivos da cultura quilombola.

Não se pode negar o fato de que o quilombo na atualidade busca na sua composição abordar e alargar a discussão do racismo social, cultural, político e religioso, que corroem os cidadãos nos seus diversos grupos. Apontando e criminalizando práticas desqualificadoras dos grupos minoritários. Em contraposição a esse argumento as comunidades que se auto definiram também precisam compreender e aceitar suas identidades.

Nos últimos tempos observa-se fatos apresentados nas mídias e que ocorrem corriqueiramente na sociedade, e que ficavam na sua grande maioria nas relações pessoais, mas que tanto pelo esclarecimento das pessoas, como o uso dos meios de comunicação, o racismo tem aparecido para a sociedade e mostrado o quanto a sociedade brasileira é racista e preconceituosa.

"Eles arrumaram e não lavaram a calçada. É coisa de preto, né?"... Camilo Cristóforo 2022, vereador de São Paulo. Esse exemplo, para ficar por aqui, mostra como a sociedade brasileira é hipócrita e carrega dentro de si a forma perversa de tratamento dada aos afrodescendentes, e age de forma que qualifica ou culpa o negro pelas coisas erradas que ocorrem na sociedade, ou seja, o negro é um erro social e que deveria ser banido.

Algo relevante a ser considerado são as políticas de controle social implicadas nas propostas administrativas da organização democrática. Estas viabilizam ou foram as dimensões do Estado. Projetos institucionais de enquadramento do "anormal", nos termos impostos por uma espécie de controle da "saúde coletiva e individual", transmitem na base das estratégias do Estado para lidar com o novo problema: o paradigma da participação na gestão da população favela. [...] Desse modo, o que tem sido chamado de "a pacificação" tem possibilitado, nos quadros das cidades concebidas como commodities, a implantação de projetos de regularização fundiária e urbanística que trazem consigo a virtual transformação das favelas por processos de gentrificação, sobretudo naqueles localizadas nas regiões mais nobres da cidade (ALMEIDA, 2020 p. 126).

Por essa citação observa-se que o controle social é executado por instrumentos como a legislação, os costumes e outros, como forma de manter a diferença, e com ela a desigualdade social. Em um instante em que os negros de alguma forma participam do mundo político, compreende-se muitas vezes que estão como peças decorativas, por força da legislação, uma vez que seus projetos e anseios não

dependem exclusivamente deles, mas sim da maioria que controla o sistema político administrativo do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se hoje eu soubesse o valor que o branco tem, tomava sol e sereno
pra ficar branco também.
Felicidade Marçal 2022, (informação Verbal).

Diante do exposto neste trabalho e por escolha, se fez uso da História Oral, por entendermos que a partir de suas técnicas e fundamentos norteadores alcançaríamos um resultado melhor diante das fontes, na busca por compreender suas vivências, suas ações, sejam elas faladas ou silenciosas, mas reveladoras a fim de si adequarem ao mundo hostil ao qual tentam sobreviverem.

A epígrafe em verso cantado em brincadeira de roda de outrora, não tem nada de brincadeira, revela como a sociedade brasileira branca, rica, elitista, estruturou os valores para uma boa sociedade e expõe de forma cruel e contundente que o negro não é bem quisto nesta sociedade, sua tarefa está fadada ao trabalho degradante, a condição de miserável e indigente, ou seja, visto como “sub-raça”.

O processo de auto definição apresentado na seção um deste trabalho aborda as formas sociais, políticas e econômicas adotadas pelos dominantes como requisitos a se manter o *status quo*, num sistema de dominação e dominados, mantendo a sociedade tal qual deve ser na sua origem, uma sociedade de favorecidos e subordinados, na qual os primeiros governam e detém a riqueza produzida pelos segundos.

Nessa ceara, a linha que conduziu o trabalho perpassa pelos conceitos de quilombo, remanescente de quilombo e comunidade quilombola. A evolução do conceito de quilombo do seu surgimento até 1888, que leva em consideração a fuga do trabalho, o número de escravizados alojados, barracos, pilão, lugares ermos, dentre outros, deixa de fazer sentido. A partir de então e principalmente na constituinte de 1988 se propõe novo conceito a fim de proporcionar políticas públicas aos remanescentes de quilombo.

O decreto n. 4.487 de 20 de novembro de 2003, que alargou o conceito de quilombo e que um de seus critérios é a auto definição, surge em todo o país um grande número de comunidades se auto definindo como comunidade remanescente de quilombos, como forma de buscar nos programas de políticas públicas do Governo

Federal, melhorias individuais e coletivas, proporcionando assim qualidade de vida que por outros meios teriam maiores dificuldades em obtê-las.

Para essa região onde a escravidão ocorrera de forma diferenciada do litoral e recôncavo e de outras regiões do país, aqui com uma economia baseada na pecuária, os escravizados não eram tão vigiados, não se reuniam em senzalas, muitas vezes trabalhavam longe do senhor. O que para alguns estudiosos como Werneck Sodré, seria impossível haver escravidão no sertão, justamente por essas peculiaridades.

O fato é que, sim existiu escravidão no sertão. O que não se afirmar é o fenômeno do quilombo, sendo assim comunidades remanescentes também não pode ter havido. O que temos, portanto são comunidades sertanejas que, aproveitando dos programas governamentais, buscam se adequar ao conceito exposto pelo decreto n. 4.887, a fim de obterem as políticas públicas destinadas a esse público.

O número de comunidades que fez uso do conceito alargado a partir de 2003 (dois mil e três), aumentou consideravelmente e contou com articulação das prefeituras, e de empresas, como fora o caso aqui abordado, deixando evidente uma maneira de alienar as comunidades e por outro lado as pessoas também se permitindo auto declarar quilombola com o intuito de obter vantagens. Isso permite vislumbrar uma negociação de forma que ambos sejam beneficiados, um com o voto o outro com benefícios públicos.

Observando o objetivo geral dessa pesquisa, de compreender a formação das comunidades quilombolas, ficou evidente que não se trata de uma conscientização, busca da identidade “esquecida”, ou mesmo por reconhecimento por parte das entidades ou pessoas, mas sim, um meio político, de ambas as partes, comunidade e agentes políticos governamentais, como forma de atuação e luta por interesses pessoais.

Contudo, necessita-se de estudos mais aprofundados e alargados em termo de região, a fim de observar se essa mesma tendência pode ser verificável dentro do espaço regional, em se tratando da microrregião de Irecê, ou esse evento fica restrito ao espaço de Cafarnaum, o que de acordo com essa pesquisa não é possível afirmar, mas pode-se compreender que se trata de uma prática regional tendo em vista haver empresa especializada nesse processo, como também afirma o entrevistado quatro.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaina e Ferreira; MORAES, Marieta de. **Uso & abuso da história oral** – 8ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANDERSEN, Benedict R. **Comunidades Imaginadas** – São Paulo: companhia das letras, 2019.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai** – Rio de Janeiro, RJ: contraponto, 1997.

AROSTIGUI, Júlio. **Pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusp, 2006.

BARROS, José D'Assunção, **Fontes Históricas: Introdução aos seus usos historiográficos**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

_____. **A Construção Social da Cor: Diferenças e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. 3ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **As hipóteses nas Ciências Humanas: Aspectos metodológicos**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

_____. **Os Conceitos: Seus usos nas ciências humanas**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

_____. **Teoria da História: Princípios e conceitos fundamentais**, 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Teoria da História: Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo**, 4. Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Teoria da História: Os paradigmas revolucionários**, 3. Ed –Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Teoria da História: Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história**, 3. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Teoria da História: a escoa dos annales e a Nova História**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.tras, 2008.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**, ed. Nº 1059/2907, editor – Francisco Lyon de Castro; coleção saber – Europa-América.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929 – 1988 – A revolução francesa da historiografia**, 2. Ed. – são Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CARDOSO, Ciro S Flamarion, **Uma Introdução à História**, 7. Ed. – SP: Brasiliense, 1981.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**, 16ª Ed. São Paulo, SP: Globo.

FERNENDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**. 1. Ed. – São Paulo: Expresso popular, 2017

FIABANI, Aldemir. **Mato, Palhoça e Pilão**: São Paulo: expressão popular, 2005.

FRAGA FILHOS, Walter. **Encruzilhada da Liberdade**, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

GOMES, Flávio, DOMINGUES, Petrônio, **Políticas da Raça: Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JACKSON, Ferreira. **Gargalha: um coronel e seus dependentes no Sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)**, Salvador: Eduneb, 2018.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**, 24^a ed. Rio de Janeiro:

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado** – 3. Ed. São Paulo: perspectiva, 2016. Jorge Zahar Ed. 2009.2004.988.

NEVES, Erivaldo Fagundes, **Uma Comunidade Sertaneja**, Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UESFS, 2008.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, LOVATO, Bárbara Hartung. **Introdução ao Estudo da História: Temas e Textos** – Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

SAMPAIO, Moiseis de Oliveira, **Francisco Dias Coelho: o coronel negro da Chapada Diamantina** – Salvador, EDUNEB, 2017.

SANTANA FILHO, Diosimar Marcelino. **A Geopolítica do Estado e o território Quilombola no século XXI**, 1.ed.- Jundiaí, SP: Paco 2018.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHWARCZ Lília Moritz, GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. 1.ed. são Paulo, SP: Companhia das Letras – 2018.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um passeio pela África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SOUZA, Mariana de Mello e. **África e Brasil africano**, 1^a ed. São Paulo: Ática, 2014.

SOUZA, Laura Oliveiri Carneiro de. **Quilombos Identidade e História**, 1^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

REFERÊNCIAS ENTREVISTAS

CARVALHO Aloisio Teles de. Depoimento {Entrevista concedida à pesquisa: **O Processo de Certificação das Comunidades Quilombolas de Queimada do Tiano, Erva Cidreira e Lagoa do Gado, do Município de Cafarnaum – Bahia, Entre Os Anos De 2003 E 2016: Identidade, Reconhecimento e Resistência**} Entrevistador: Francisco de Assis Ferreira de Souza, Cafarnaum, 2022.

CARVALHO Marlene Alves de. Depoimento {Entrevista concedida à pesquisa: **O Processo de Certificação das Comunidades Quilombolas de Queimada do Tiano, Erva Cidreira e Lagoa do Gado, do Município de Cafarnaum – Bahia, Entre**

Os Anos De 2003 E 2016: Identidade, Reconhecimento e Resistência}
Entrevistador: Francisco de Assis Ferreira de Souza, Cafarnaum, 2022.

GONÇALVES, Eudita Marçal. Depoimento {Entrevista concedida à pesquisa: **O Processo de Certificação das Comunidades Quilombolas de Queimada do Tiano, Erva Cidreira e Lagoa do Gado, do Município de Cafarnaum – Bahia, Entre Os Anos De 2003 E 2016: Identidade, Reconhecimento e Resistência}**
Entrevistador: Francisco de Assis Ferreira de Souza, Cafarnaum, 2022.

LIMA, Adalza Pereira. Depoimento {Entrevista concedida à pesquisa: **O Processo de Certificação das Comunidades Quilombolas de Queimada do Tiano, Erva Cidreira e Lagoa do Gado, do Município de Cafarnaum – Bahia, Entre Os Anos De 2003 E 2016: Identidade, Reconhecimento e Resistência}**
Entrevistador: Francisco de Assis Ferreira de Souza, Cafarnaum, 2022.

OLIVEIRA José Pereira de. Depoimento {Entrevista concedida à pesquisa: **O Processo de Certificação das Comunidades Quilombolas de Queimada do Tiano, Erva Cidreira e Lagoa do Gado, do Município de Cafarnaum – Bahia, Entre Os Anos De 2003 E 2016: Identidade, Reconhecimento e Resistência}**
Entrevistador: Francisco de Assis Ferreira de Souza, Cafarnaum, 2022.

OLIVEIRA Robério Lopes de. Depoimento {Entrevista concedida à pesquisa: **O Processo de Certificação das Comunidades Quilombolas de Queimada do Tiano, Erva Cidreira e Lagoa do Gado, do Município de Cafarnaum – Bahia, Entre Os Anos De 2003 E 2016: Identidade, Reconhecimento e Resistência}**
Entrevistador: Francisco de Assis Ferreira de Souza, Cafarnaum, 2022.

SOUZA Osvaldo Bispo de. Depoimento {Entrevista concedida à pesquisa: **O Processo de Certificação das Comunidades Quilombolas de Queimada do Tiano, Erva Cidreira e Lagoa do Gado, do Município de Cafarnaum – Bahia, Entre Os Anos De 2003 E 2016: Identidade, Reconhecimento e Resistência}**
Entrevistador: Francisco de Assis Ferreira de Souza, Cafarnaum, 2022.